



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

3 de Janeiro de 2013

QUINTA AVALIAÇÃO DO ACORDO AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA E PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

No contexto da quinta avaliação do acordo com a República de Moçambique ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica e do pedido de modificação de critérios de avaliação, os seguintes documentos foram liberados para publicação e estão incluídos neste pacote:

- **Relatório do Corpo Técnico** sobre a Quinta Avaliação do Acordo ao Abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica e Pedido de Modificação de Critérios de Avaliação, elaborado por uma equipa de técnicos do FMI após as discussões concluídas em 31 de Outubro de 2012 com as autoridades da República de Moçambique sobre a evolução da economia e das políticas económicas. O relatório do corpo técnico foi finalizado em 7 de Dezembro de 2012, com base na informação disponível à altura das discussões. As opiniões expressas no relatório são as da equipa de técnicos e não reflectem necessariamente as opiniões do Conselho de Administração do FMI.

- **Comunicado de Imprensa** emitido em 21 de Dezembro de 2012

Os documentos relacionados a seguir foram ou serão publicados separadamente.

- Carta de Intenções enviada ao FMI pelas autoridades da República de Moçambique*
- Memorando de Políticas Económicas e Financeiras das autoridades da República de Moçambique*
- Memorando Técnico de Entendimento*

* Também incluídos no Relatório do Corpo Técnico

A política de publicação de relatórios do corpo técnico e outros documentos permite a supressão de informações sensíveis que possam influenciar os mercados.

Para adquirir exemplares deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services
700 19th Street, N.W. • Washington, D.C. 20431
Telephone: +1 202 623-7430 • Telefax: +1 202 623-7201
E-mail: publications@imf.org • Internet: <http://www.imf.org>

Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

QUINTA AVALIAÇÃO AO ABRIGO DO INSTRUMENTO DE APOIO À POLÍTICA ECONÓMICA E PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

7 de Dezembro de 2012

PRINCIPAIS TEMAS

Contexto e desafios em matéria de políticas. O desempenho macroeconómico de Moçambique continua vigoroso e a implementação do programa é positiva. O crescimento económico foi dinâmico em 2012, a inflação teve declínio acentuado e o início das exportações de carvão deve acelerar o crescimento, apesar dos riscos de uma economia mundial frágil. Os elevados níveis de pobreza exigem a implementação imediata do Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-14 actualizado para gerar um crescimento mais inclusivo.

Quadro de políticas a curto prazo. Os principais objectivos de política a curto prazo são assegurar o forte investimento público e privado e facilitar o crédito à economia, enquanto se mantém uma conjuntura de baixa inflação. Para 2013 justifica-se uma orientação de política neutra: relativamente à política fiscal, o investimento financiado sobretudo com recursos externos levará ao aumento do défice orçamental, mas com um impacto interno limitado. O Banco de Moçambique (BM) planeia manter uma política monetária acomodatória para apoiar o crescimento do sector privado, monitorizando atentamente a evolução da inflação. Apesar dos indicadores agregados apontarem para a solidez e a liquidez do sistema bancário, o BM deverá intensificar a sua supervisão e finalizar o plano de contingência do sector financeiro.

Desafios a médio prazo. Perante a tendência de queda da ajuda externa a médio prazo, o principal desafio é reduzir o défice de infra-estruturas. É essencial continuar a fortalecer a gestão da dívida e melhorar a planificação do investimento para que Moçambique beneficie plenamente do aumento dos empréstimos não concessionais. O governo deve avançar rapidamente na melhoria do quadro institucional para a gestão da riqueza em recursos naturais, que ajudará a criar o espaço fiscal necessário para apoiar a transformação estrutural da economia a longo prazo. É preciso manter o dinamismo nas reformas estruturais para assegurar o crescimento sustentado e inclusivo.

Aprovado por
**Roger Nord e
Vivek Arora**

Uma equipa composta pelos Srs. Ross (chefe), Gitton, Xiao, Xiong (todos AFR) e Henn (SPR) visitou Maputo entre 17 e 31 de Outubro de 2012. A missão manteve encontros com S. Excias. Ministros Chang (Finanças), Cuereneia (Planificação e Desenvolvimento) e com outros Ministros de Estado (Energia, Agricultura, Recursos Naturais, Indústria e Comércio, Mulher e Acção Social), com o Sr. Gove, Governador do BM, e outros altos funcionários do governo. A missão também reuniu com parceiros de desenvolvimento, representantes da sociedade civil, da academia e do sector privado. A missão recebeu a assistência do Sr. Lledó (Representante Residente), do Sr. Simione e da Sra. Palacio (do gabinete do representante residente). Os Srs. Conceição (OED) e Revilla (Banco Mundial) participaram em algumas discussões sobre políticas.

SUMÁRIO

I. ANTECEDENTES E EVOLUÇÃO RECENTE	4
II. PERSPECTIVAS ECONÓMICAS E DISCUSSÕES DE POLÍTICAS	8
A. POLÍTICA FISCAL.....	11
B. POLÍTICA MONETÁRIA E REFORMAS DO SECTOR FINANCEIRO	15
C. MANUTENÇÃO DA SUSTENTABILIDADE EXTERNA ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DE INVESTIMENTO EM ÍNFRA-ESTRUTURAS	17
D. GESTÃO DA RIQUEZA DOS RECURSOS NATURAIS	18
III. QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA	18
IV. AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	19

FIGURAS

1. Impacto do Desenvolvimento Mundial	6
2. Inflação e Evolução Monetária.....	7
3. Evolução Orçamental.....	14

CAIXA

1. Indústria de Extracção de Carvão em Moçambique.....	10
--	----

TABELAS

1. Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2010-17	21
2. Finanças Públicas, 2010-13.....	22
3. Finanças Públicas, 2010-17	23
4. Síntese Monetária, Trimestral, 2010-13	24
5. Balança de Pagamentos, 2010-17	25
6. Indicadores da Solidez Financeira do Sistema Bancário, 2003-12	26

7. Critérios de Avaliação Quantitativos e Metas Indicativas, 2012-13.....	27
8. Condicionalidade Estrutural no âmbito do actual PSI, 2011-12	28

APÊNDICE

I. CARTA DE INTENÇÕES.....	29
ANEXO 1: MEMORANDO DE POLÍTICAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS.....	30
ANEXO 2: MEMORANDO TÉCNICO DE ENTENDIMENTO.....	47

ANEXO

1. Balança de Pagamentos – Revisões de dados e projecções actualizadas	49
--	----

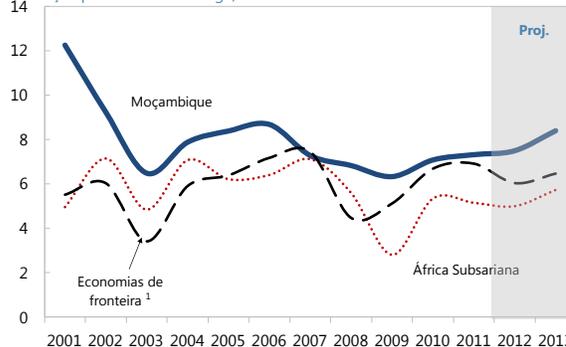
I. ANTECEDENTES E EVOLUÇÃO RECENTE

1. Apesar da difícil conjuntura mundial, o crescimento económico em Moçambique

manteve-se dinâmico. Reflectindo o rápido início da produção e das exportações de carvão, o PIB real cresceu em 7.2 por cento no primeiro semestre de 2012. O sector extractivo foi o que mais cresceu (39¼porcento), enquanto os sectores de transportes e comunicações também registaram bom desempenho (com a introdução da terceira operadora móvel). O crescimento do PIB real em 2012 deverá atingir os 7.5porcento, reflectindo a contribuição do sector de carvão superior à prevista.

PIB real

(Variação percentual homóloga)



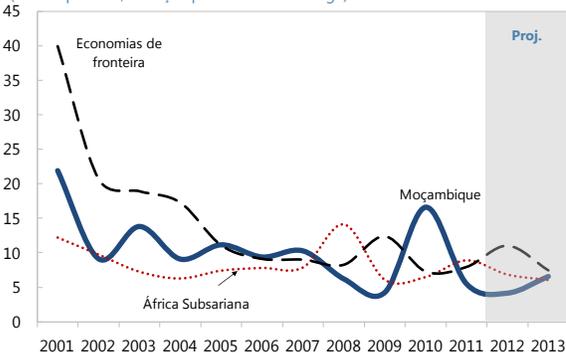
¹ Economias de fronteira: Angola, Gana, Maurícias, Moçambique, Quênia, Senegal, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

2. A queda da inflação foi mais rápida do que o previsto,

apoiada pelos preços dos alimentos importados inferiores aos esperados (sobretudo do açúcar e do trigo), estabilidade dos preços administrados (combustíveis, transporte público e electricidade e água) e uma taxa de câmbio forte em relação aos parceiros comerciais. A inflação anual homóloga caiu para 1.5 por cento em Outubro de 2012, a mais baixa da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. Após a uma restrição determinada em 2011, o BM relaxou a política monetária ao longo de 2012, o que, aliado ao aumento da tarifa de transporte público em Novembro de 2012, deverá provocar uma ligeira subida da inflação nos próximos meses. No entanto, prevê-se que a taxa de inflação anual média caia para cerca de 2.5 por cento em 2012.

IPC

(Fim de período, variação percentual homóloga)

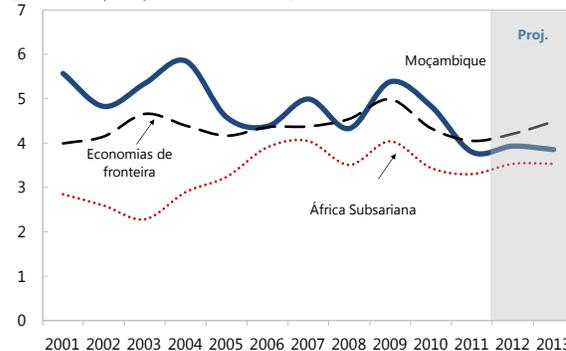


3. A receita fiscal deverá exceder o valor orçamentado, reflectindo a receita excepcional dos impostos sobre ganhos de capital.

No primeiro semestre de 2012 a receita situou-se abaixo da meta do programa, em virtude de uma inflação abaixo do previsto e dos inesperados problemas gerados pela transição nas alfândegas associada a introdução da janela única para transacções comerciais, apesar do forte desempenho do IRPC. Com a execução da despesa a ser largamente cumprida, o crédito líquido ao governo (CLG) no final de Junho estava acima do previsto. Todavia, uma receita excepcional de cerca de 1¼ por cento do PIB (5 mil milhões de meticaís)

Reservas Internacionais Brutas

(Meses de importações do ano corrente)



proveniente do imposto sobre os ganhos de capital incidente sobre da venda de acções de um grande projecto de gás entre particulares foi registada em Setembro, o que mais do que compensou o fraco desempenho da receita fiscal no início do ano (e contribuiu para o aumento das RIL).

4. O investimento directo estrangeiro no sector de recursos naturais (especialmente em carvão e gás) provocou o rápido crescimento das importações, apesar das reservas internacionais líquidas (RIL) de Moçambique continuarem a aumentar. As revisões significativas dos dados históricos e as novas informações sobre o IDE (e respectivas importações) no sector de gás natural resultaram na revisão em alta do défice da conta corrente após donativos, de 13.3 por cento para 25.8 por cento do PIB em 2011.¹ Contudo, as autoridades continuam a acumular reservas internacionais devido às fortes exportações e entradas de capital; estima-se que as reservas brutas atinjam 3.6 meses de importações totais projectadas (ou 5.5 meses de importações projectadas excluindo-se os megaprojectos) até ao final de 2012. As fortes entradas de capital contribuíram para uma ligeira apreciação da taxa de câmbio efectiva real nos primeiros nove meses de 2012.

5. O desempenho do programa mantém-se satisfatório e apenas um dos critérios de avaliação (CA) para final de Junho não foi cumprido (ver tabela do texto). As autoridades continuam a registar progressos nas reformas estruturais (ver Tabela 8).

Desempenho do Programa

	CA de Junho de 2012
Critérios de avaliação (CA)	
Crédito líquido ao governo	▲
Stock da base monetária	●
Stock de reservas internacionais líquidas	●
Dívida externa não concessional	●
Stock da dívida externa pública de c/p	●
Atrasados de pagamentos externos	●
Metas indicativas	
Receita pública	▲
Gastos prioritários	●

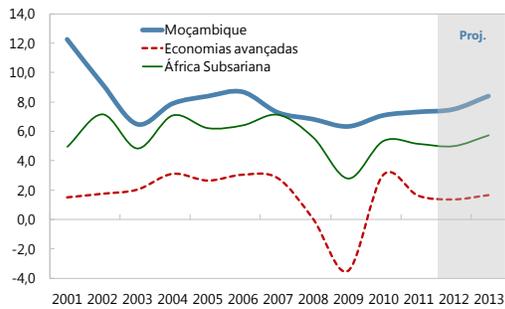
● cumprido ▲ não cumprido

¹ Ver no Anexo I as revisões dos dados da balança de pagamentos.

Figura 1. Moçambique: Impacto do Desenvolvimento Mundial

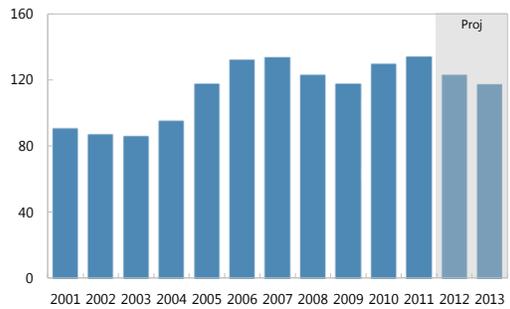
Apesar da desaceleração económica mundial, o crescimento de Moçambique deve acelerar em 2013 reflectindo o início da produção de carvão.

Crescimento do PIB Real
(Porcentagem)



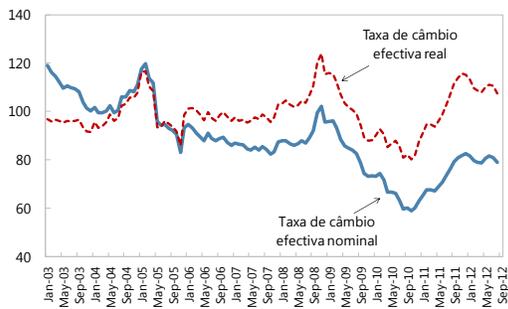
Os recentes ganhos nos termos de troca poderão ser revertidos devido aos baixos preços internacionais dos produtos primários...

Índice dos Termos de Troca
(2005=100)



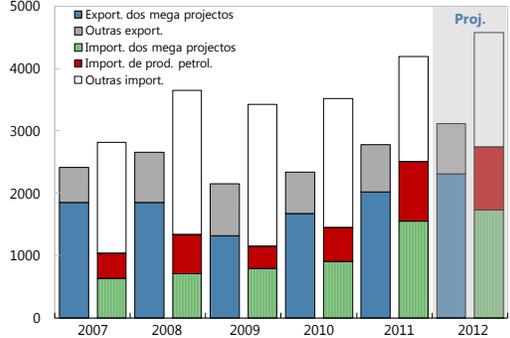
...enquanto o metical sofreu uma ligeira depreciação com o recente relaxamento da política monetária.

Taxas de Câmbio Efectivas Nominal e Real
(Índice, Média 2005=100)



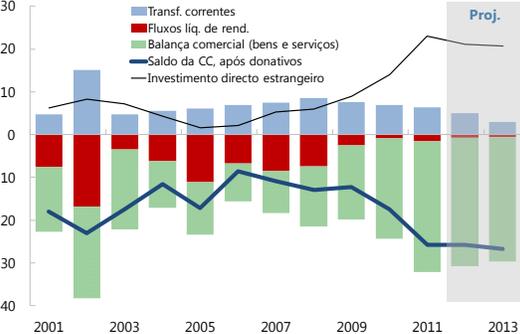
O forte crescimento das exportações dos megaprojectos foi contrabalançado pelas importações relacionadas ao investimento e de combustíveis.

Comércio de Mercadorias
(Milhões de USD)



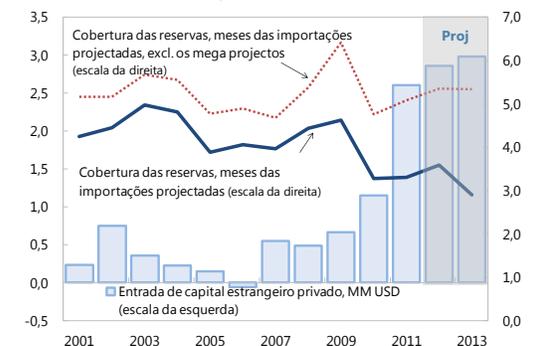
Houve um aumento do défice da conta corrente devido às avultadas importações para investimento pelo sector de recursos naturais.

Saldo da Conta Corrente e Investimento Directo Estrangeiro
(Porcentagem do PIB)



As fortes entradas de capital privado, sobretudo para os megaprojectos, ajudaram a manter os níveis de cobertura das reservas.

Entrada de Capital Estrangeiro Privado e Cobertura das Reservas



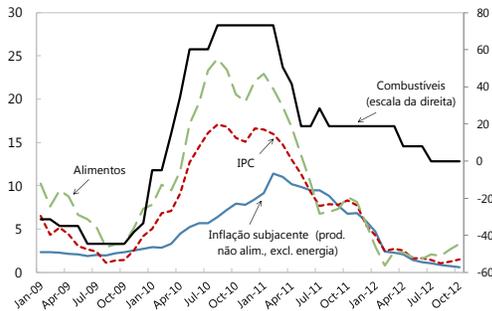
Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Figura 2. Moçambique: Inflação e Evolução Monetária

Tanto a inflação global quanto a inflação subjacente caíram acentuadamente desde o início de 2011...

IPC e Componentes

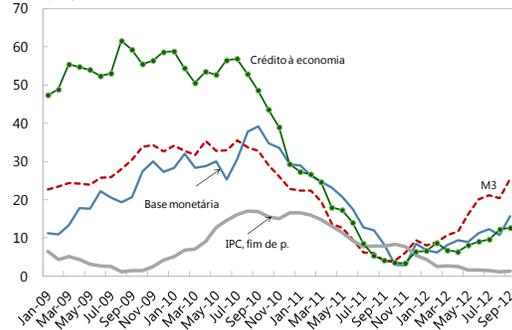
(Variação percentual homóloga)



...à determinação em manter o aperto na política monetária até ao final de 2010-11, o que conteve o crescimento da massa monetária e do crédito.

Moeda, Crédito e Inflação

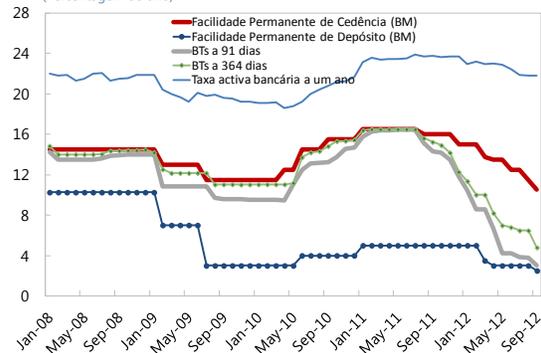
(Variação percentual em 12 meses)



Após o aperto monetário ocorrido em 2010-11, o BM começou a baixar as taxas de juro no final de 2011.

Taxas de Juros

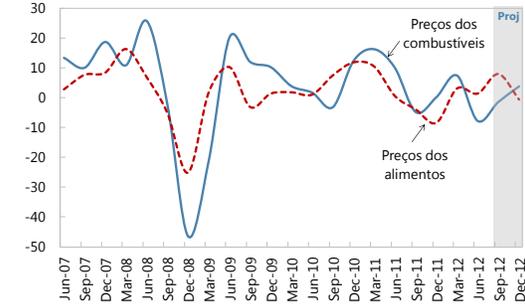
(Porcentagem ao ano)



... graças à evolução favorável dos preços internacionais e...

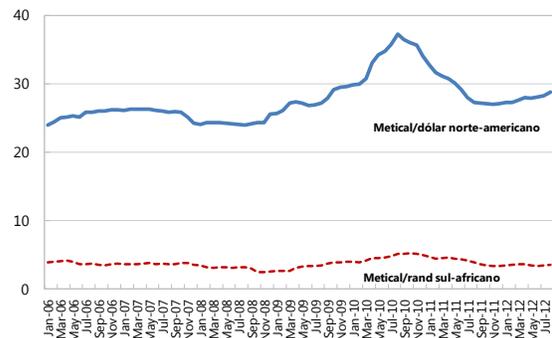
Variação dos Preços Internacionais dos Alimentos e Combustíveis

(Porcentagem em relação ao trimestre anterior)



A taxa de câmbio MT/USD apreciou-se entre meados de 2010 e o final de 2011 e depreciou-se ligeiramente desde então. A taxa em relação ao rand tem sido mais estável.

Taxas de Câmbio Bilaterais



A base monetária foi mantida dentro das metas do programa, o que contribuiu para o alcance do objectivo de desinflação.

Base Monetária

(Mil milhões de MT)



Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

II. PERSPECTIVAS ECONÓMICAS E DISCUSSÕES DE POLÍTICAS

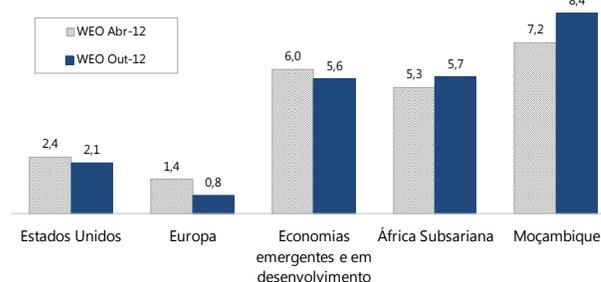
6. O contributo da produção e das exportações de carvão e a implementação de grandes projectos de infra-estrutura deverão acelerar o crescimento económico para 8.4 por cento em 2013 (Caixa 1). Espera-se que alguns constrangimentos na área de transportes sejam removidos, em particular a capacidade da ferrovia que liga a região de produção de carvão em Tete, no interior, ao porto da Beira. Prevê-se um aumento gradual do crescimento do crédito à economia, apoiado pelo efeito desfasado do estímulo monetário que tem sido implementado desde o final de 2011. A previsão para o défice da conta corrente é de um ligeiro aumento para 26.5 por cento do PIB em 2013, podendo ultrapassar os 40 por cento em 2014 assim que começar a construção das usinas de gás natural liquefeito (GNL), financiadas pelo sector privado (ver Anexo I). O reforço das exportações de carvão reduzirá o défice da conta corrente para 34 por cento até 2017,² e o início das exportações de GNL equilibrará a conta corrente em 2020.

Moçambique: Indicadores da Mineração

	2001-10	2011	2012	2013
	Média	Est.	Proj.	Proj.
	(Em %, salvo indicação em contrário)			
PIB mineiro (nominal, em milhões de MT)	2.030	5.086	14.269	20.786
PIB mineiro (participação no PIB nominal total)	1,0	1,4	3,4	4,3
Crescimento real da mineração	19,8	18,7	69,5	35,5
Contributo da mineração para o crescimento do PIB total (em pontos percentuais)	0,1	0,2	0,9	0,7
<i>Por memória:</i>				
Crescimento do PIB real total	8,0	7,3	7,5	8,4
Cres. do PIB real total não mineiro	8,0	7,2	6,7	7,8

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Projecções do Crescimento Mundial, 2013 (Porcentagem)



Fonte: WEO. World Economic Outlook.

7. Os riscos para as perspectivas são moderados e relacionam-se sobretudo às incertezas no plano mundial. Moçambique está exposto a vários riscos, em especial a queda nos fluxos de ajuda e o reduzido acesso às finanças internacionais; uma maior desaceleração mundial com impacto negativo sobre a África do Sul, o principal parceiro comercial do país; a queda na procura por exportações noutros países ou nos preços dos produtos primários; e as mudanças climáticas. Contudo, existem fortes factores atenuantes: compromissos firmes de ajuda externa para 2013 superiores aos desembolsos de 2012, produção de carvão em expansão, forte entrada de investimento directo estrangeiro em vários megaprojectos, para além de fluxos comerciais relativamente estáveis (sobretudo exportações de electricidade e importações de alimentos) com a África do Sul. Apesar de ser necessário monitorar de perto a evolução da oferta regional de

² O défice da conta corrente de 2017, excluindo-se o investimento em GNL, seria de 11,25% (Tabela A1 do Anexo). A posterior operação a plena capacidade do corredor de Nacala reduziria o défice da conta corrente, excluindo-se o investimento em GNL, para 7% em 2020.

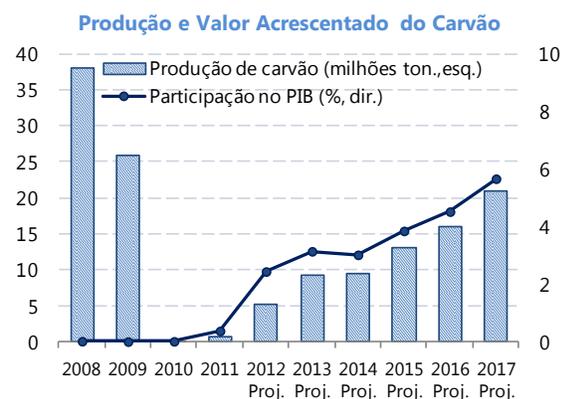
alimentos e dos preços internacionais (os preços do milho começaram a subir em Agosto de 2012, mas sem provocar aumento da inflação global), as autoridades não prevêem pressões fortes sobre os preços domésticos ou um novo choque de oferta significativo. As autoridades dispõem de espaço limitado para responder a choques, uma vez que o acesso do governo ao financiamento interno é baixo.

8. Perante esta nova perspectiva, a equipa técnica e as autoridades acordaram um conjunto de políticas macroeconómicas neutras para 2013. Os principais objectivos das políticas são assegurar o forte investimento público e privado e facilitar o crédito à economia, enquanto se mantém uma conjuntura de baixa inflação e reformas estruturais contínuas.

Caixa 1. Indústria de Extração de Carvão em Moçambique

O sector de extração de carvão está a ganhar força em Moçambique. Em virtude do investimento directo estrangeiro em grandes jazidas de carvão na Província de Tete¹, a produção de carvão aumentou fortemente desde o seu início em 2010, para 0.6 milhões de toneladas em 2011 e 4 milhões de toneladas nos primeiros nove meses de 2012. A produção projectada é de 5 milhões de toneladas até ao final de 2012, contribuindo com 0.8 pontos percentuais para o crescimento do PIB.

O rápido crescimento na produção de carvão irá continuar. Com a redução dos constrangimentos no transporte, a produção de carvão deverá aumentar para 9 milhões de toneladas em 2013, contribuindo com 0.7 pontos percentuais para o crescimento do PIB. Com a construção da linha férrea adicional de Nacala, a produção de carvão deve crescer a uma média de 30 por cento ao ano no médio prazo. Com base nas actuais hipóteses de preços do WEO, prevê-se que a extração de carvão atinja 6 por cento do PIB em 2017.



Os problemas de transporte são o grande obstáculo ao aumento da produção de carvão.

A linha do Sena é a única ferrovia actualmente disponível para escoar carvão para um porto (Beira). Está a funcionar à plena capacidade de cerca de 3-4 milhões de toneladas em 2012. As minas de carvão estão a funcionar muito abaixo da sua capacidade de mais de 10 milhões toneladas ao ano e estão a usar a capacidade limitada da via férrea para escoar carvão de coque de alto valor, enquanto acumulam stocks de carvão térmico.

As empresas mineiras e o governo avançaram no sentido de aumentar a capacidade de transporte.

Um projecto de reabilitação deverá duplicar a capacidade da linha de Sena e do porto da Beira para 6 milhões de toneladas até ao final de 2012.² Foram assinados os primeiros contratos para a construção de uma nova via férrea entre Tete e o norte de Moçambique, passando por Malawi, e de um porto de águas profundas em Nacala. Esta linha de Nacala poderá aumentar a capacidade de escoamento de carvão para 11 milhões de toneladas até meados de 2016 e atingir a capacidade total de 18 milhões de toneladas em 2017.

Também há planos para a geração termoelétrica.

As empresas mineiras também têm planos para a construção de centrais termoelétricas, mas as conversações pouco avançaram. O volume de produção de carvão térmico é muito superior à capacidade das centrais termoelétricas previstas, mas a não ser que os preços internacionais do carvão subam, os actuais custos de transporte tornam a sua exportação pouco rentável.

Linhas férreas do Sena e de Nacala



¹ A mina de Moatize é explorada pela Vale e iniciou a produção em 2011. As minas exploradas pela Rio Tinto iniciaram a produção em 2012.

² Também há alguns planos para aumentar a capacidade da linha do Sena, mas estes ainda são provisórios.

A. Política Fiscal

9. O orçamento de 2013 continua a utilizar o espaço fiscal disponível para atingir os objectivos de investimento e desenvolvimento social do governo, preservando a estabilidade macroeconómica. O governo pretende cumprir uma meta de receita tributária ambiciosa através do reforço da cobrança fiscal. As reformas da administração tributária permitiram ao governo aumentar a receita em 6 pontos percentuais em 2009-12, para 24% do PIB. Na ausência de factores fiscais extraordinários como os que ocorreram em 2012, prevê-se que as receitas fiscais diminuam ligeiramente em 2013.

10. Ao alinhar a composição da despesa com as prioridades a médio prazo para o PARP, a despesa de sectores prioritários continuará a crescer, de 55 para 58 por cento das despesas totais excluindo os empréstimos líquidos. Em virtude da grande necessidade de investimento, o défice orçamental global deverá aumentar para 5.5 por cento do PIB, enquanto o défice primário interno manter-se-á em 2¼ por cento do PIB e o financiamento interno líquido (CLG) permanecerá baixo.

MEFP ¶14, 16

11. O programa prevê o reforço da administração tributária.

- **Assegurar o reembolso imediato do IVA pago a montante.** A intensificação das operações dos megaprojectos nos últimos anos revelou a existência de problemas relativos à orçamentação inadequada de recursos para o reembolso do IVA e ao lento processamento dos pedidos de reembolso. O governo comprometeu-se a priorizar o uso da receita arrecadada em 2012 que exceda as metas orçamentais para reduzir o stock de reembolsos pendentes e, com a assistência técnica do FMI, está a avaliar a adopção de melhores práticas internacionais de registo da receita do IVA com base no montante líquido e não no bruto.

MEFP ¶20

- **Melhoria e modernização de administração tributária.** A Autoridade Tributária está a trabalhar na resolução de problemas de transição associados à introdução da janela única das alfândegas. Também planeia reforçar a unidade de grandes contribuintes com a criação da base de dados única de contribuintes, para além do estímulo ao pagamento de impostos via bancos.

12. As autoridades planeiam reforçar a qualidade da despesa.

- **Contenção da massa salarial pública.** A massa salarial prevista no orçamento de 2013 mantém-se em cerca de 10 por cento do PIB, o que em parte reflecte a contratação de pessoal em sectores prioritários, incluindo educação e

MEFP ¶15

Moçambique: Principais Indicadores Fiscais

	2011	2012		2013
	Est.	CR 12/148	Proj.	Proj.
	(% do PIB, salvo indicação em contrário)			
Saldo global após donativos	-4,6	-6,4	-3,6	-5,5
Saldo primário interno	-2,3	-2,3	-1,3	-2,3
Financiamento interno líquido	0,9	0,6	0,0	0,6
<i>Por memória:</i>				
Impacto sobre a produção interna (variação homóloga) 1/	-2,2	0,6	0,0	-0,1
Crescimento do PIB real (%)	7,3	6,7	7,5	8,4
Inflação média pelo IPC (%)	10,4	7,2	2,4	7,0

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ o saldo global sobreavalia o impacto interno das despesas de capital por causa do alto teor importado destas despesas. O presente cálculo tenta ajustar o saldo global para corrigir essa distorção.

saúde. A médio prazo, o governo está empenhado em desacelerar a descompressão da tabela salarial e o ritmo de contratações em áreas não prioritárias. Continuará a reforçar o controle da execução da massa salarial e concluirá a operacionalização do sistema electrónico de folha de pagamentos (e-Folha) em todos os órgãos do governo central registados na base de dados integrada (e-CAF).

- **Redução do subsídio aos combustíveis.** Em Outubro de 2012 o governo concluiu o pagamento dos subsídios aos combustíveis de 2011 devidos aos importadores. O aumento do preço do gasóleo usado em megaprojectos e por empreiteiros de obras públicas (desde Novembro de 2010) e a evolução dos preços das importações em 2012 reduziram as compensações a pagar às gasoleiras previstas no orçamento de 2013, apesar da manutenção do congelamento dos preços nas bombas. A equipa técnica apoiou o pagamento de subsídios separados aos operadores de mini-autocarros privados uma vez que estes prestam o grosso dos serviços de transporte público. A equipa recomendou ao governo que a médio prazo aplique uma fórmula de fixação de preço para todos os produtos petrolíferos.
- **Reforço da protecção social.** As afectações do governo à protecção social no orçamento de 2013 aumentaram para 1.7 mil milhões de meticais (0.3 por cento do PIB), com a possibilidade de financiamentos adicionais do Banco Mundial para programas de obras públicas. Estão a ser implementados programas piloto de obras públicas em duas autarquias (Maputo e Manjakaze) desde Julho de 2012 e em 10 distritos desde Agosto de 2012, abrangendo cerca de 9,600 famílias. O governo reiterou o seu comprometimento de aumentar as afectações orçamentais para 0.8 por cento do PIB para atingir cerca de 900 mil beneficiários e aumentar o nível das transferências monetárias para o nível da linha de pobreza nos próximos anos.



MEFP ¶17

13. O investimento deverá manter-se alto, apesar da queda nos desembolsos da ajuda em 2012.

- **A redução do défice de infra-estruturas continua a ser uma prioridade máxima.** Continuam a existir enormes disparidades entre as zonas urbanas e rurais e entre as províncias, apesar dos avanços significativos registados nos últimos anos. As deficiências infra-estruturais continuam a representar um obstáculo significativo para a melhoria dos níveis de vida e a produtividade em Moçambique. O investimento público mantém-se alto, situando-se nos 13 por cento do PIB em 2012, apesar da forte queda no financiamento concessional em 2012 em relação a 2011.
- **O apoio dos doadores está a decrescer fortemente em 2012,** reflexo das limitações nos orçamentos dos doadores e da insatisfação destes com a lenta implementação de alguns projectos³ e o progresso geralmente moroso na melhoria da governação. Durante 2013-14 o apoio externo deverá recuperar, reflectindo os contratos de empréstimos concessionais, antes de começar a cair gradualmente. A tendência é que os doadores condicionem o apoio geral ao

³ A evolução de alguns projectos de infra-estrutura financiados pela Millennium Challenge Corporation foi mais lenta que o previsto devido a problemas operacionais das empreiteiras.

desempenho do orçamento e que reorientem os fundos para apoio a sectores ou projectos, o que pode dificultar a previsibilidade da execução orçamental.

Moçambique: Financiamento do Programa de Investimento Público (Governo Central), 2009-16

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
	(Percentagem do PIB)							
Total	14,6	15,8	16,7	13,8	14,7	15,0	13,8	13,3
Financiamento interno	4,4	6,2	5,7	6,0	6,4	6,5	6,8	7,2
Financ. de doadores, concessional	10,2	9,6	9,8	6,4	6,2	5,9	5,0	4,4
Donativos	5,9	4,7	4,8	3,8	3,7	3,2	2,7	2,2
Empréstimos concessionais	4,3	4,9	4,9	2,7	2,6	2,7	2,4	2,2
Empréstimos não concessionais 1/	0,0	0,0	1,3	1,4	2,1	2,6	2,0	1,7
	(Milhões de USD)							
<i>Por memória:</i>								
Financiamento externo total	1.015,9	917,4	1.384,9	1.140,3	1.309,9	1.458,9	1.344,4	1.305,5
Donativos	591,8	445,2	606,0	549,8	576,5	547,8	512,2	476,4
Empréstimos concessionais	424,2	472,2	619,8	391,2	403,8	466,3	453,9	471,6
Empréstimos não concessionais	0,0	0,0	159,0	199,3	329,6	444,7	378,4	357,6

Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

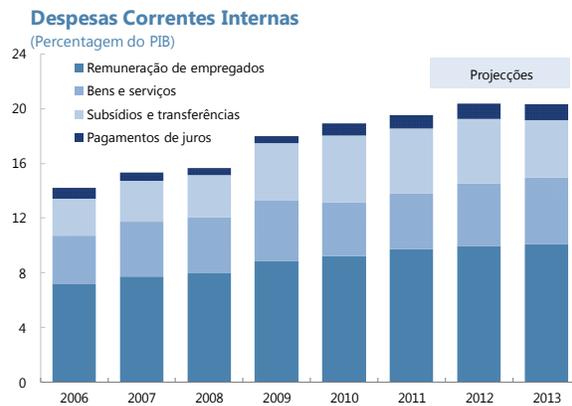
1/ Inclui a linha de crédito portuguesa implementada pelo Fundo Rodoviário, que é excluída da tabela fiscal para os fins do programa.

Figura 3. Moçambique: Evolução Orçamental

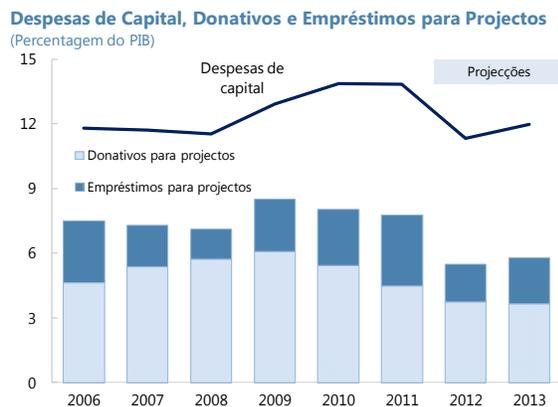
Devido, em parte, às reformas recentes na administração tributária, a arrecadação de receitas mantém o dinamismo...



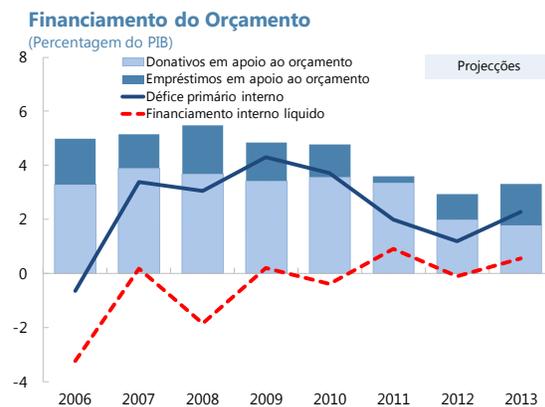
...enquanto o rápido crescimento da despesa desacelerou devido, sobretudo, aos esforços para conter a massa salarial e os subsídios, especialmente aos combustíveis.



As despesas de investimento dependem fortemente do apoio externo a projectos, que apresenta uma tendência declinante...



...tal como a ajuda orçamental externa, mas ainda assim o défice primário interno foi contido, o que resultou no recurso limitado ao financiamento interno.



Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções da equipa técnica do FMI.

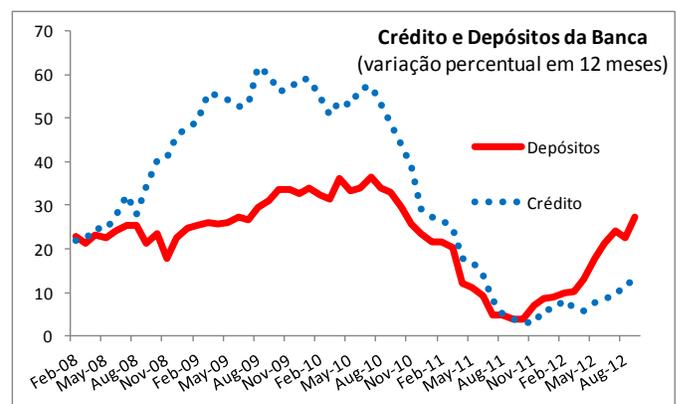
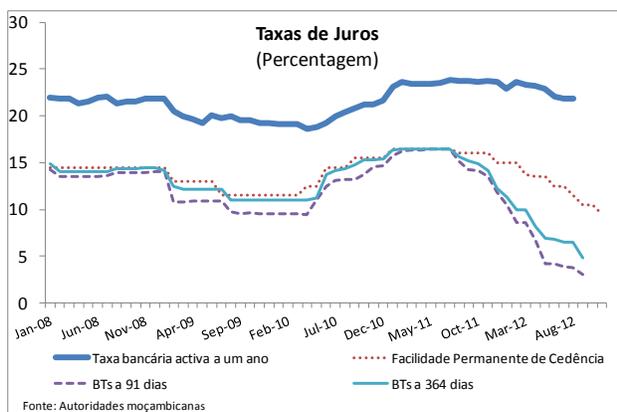
B. Política Monetária e Reformas do Sector Financeiro

14. A política monetária continuará orientada contra pressões inflacionárias, enquanto apoia a expansão do crédito. O crescimento anual do crédito, que tinha caído para 3½ por cento no final de Novembro de 2011, retornou aos dois dígitos em Julho de 2012, mas continua abaixo do crescimento do PIB nominal. Apesar do BM ter revisado a sua projecção de crescimento da base monetária para o final de 2012 ligeiramente para baixo, seu objectivo é que a base monetária continue a crescer mais rápido que o PIB nominal. Com base na sua política de desinflatão credível executada em 2010-11, o BM continua empenhado em manter as pressões inflacionárias sob controlo e a inflação em cerca de 6 por cento a médio prazo. A equipa técnica observou que perante um sistema bancário com elevada liquidez e taxas activas muito altas em termos reais (em relação à meta de inflação das autoridades), uma redução ainda maior das taxas de juro directoras pode ajudar a aliviar as condições de crédito. Isto também poderia beneficiar, numa perspectiva mais ampla, de melhorias no ambiente de negócios.

MEFP ¶19

15. O BM continuará a aperfeiçoar o quadro e os instrumentos de política monetária. As autoridades estão a empreender várias reformas de apoio ao seu principal objectivo operacional de desenvolver o mercado interno de operações *repo* para ajudar a melhorar a gestão do mercado monetário e a liquidez dos títulos públicos. O BM também está a aperfeiçoar a sua formulação de políticas e o sistema de comunicação, em particular através dos seus relatórios monetários trimestrais. O terceiro relatório foi publicado em Outubro de 2012 e incluiu projecções para a inflação de curto prazo, reflectindo o reforço contínuo das capacidades do BM em matéria de previsão e análise de políticas.

MEFP ¶10-11



16. O BM pretende fortalecer o seu quadro de supervisão e gestão de crises. Apesar dos indicadores agregados apontarem para a solidez e a liquidez do sistema bancário, as autoridades continuam orientadas para a salvaguarda da estabilidade financeira através das seguintes medidas:

MEFP ¶25

- **Reforço dos instrumentos de supervisão.** Com o apoio das recomendações da AT do FMI, isto inclui a capacidade de realizar testes de stress regulares; a revisão da definição de empréstimos mal parados e a sua contabilização para que sejam comparáveis internacionalmente; a modernização do Registo Central de Créditos do BM, que é uma ferramenta essencial para monitorizar o risco de crédito dos bancos; e uma possível alteração normativa sobre limites de concentração, incluindo as aplicações dos bancos no estrangeiro. As autoridades também se mantiveram atentas à transição para uma supervisão bancária mais baseada no risco através da migração para as normas de Basileia II.
- **Conclusão do plano de contingência do sector financeiro.** As autoridades estão a finalizar normas relativas à assistência de liquidez de emergência e resolução bancária e esperam que o plano de contingência esteja operacional até ao final de Março de 2013 (**indicador de referência estrutural**).
- **Operacionalização do Fundo de Garantia de Depósitos (FGD).** O FGD deverá estar totalmente operacional até ao final de Abril de 2013, aguardando actualmente a nomeação pelo Ministério das Finanças dos três membros do Conselho de Administração do fundo e da conclusão do regulamento e dos procedimentos internos.

17. O lançamento da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro para 2011-20 será um marco importante para o reforço, alargamento e aprofundamento do sector financeiro (indicador de referência estrutural).

A estratégia inclui todas as áreas financeiras e tem por objectivo desenvolver um sector sólido, diverso e competitivo que propicie aos cidadãos e empresas – sobretudo PMEs – acesso a um vasto leque de serviços financeiros de alta qualidade a um custo acessível. Como parte das numerosas propostas de reforma contidas na estratégia, o BM redigiu uma lei para a criação de centros privados de registo de crédito, com a intenção de reduzir o custo da informação para mutuantes e melhorar o acesso ao financiamento bancário.

MEFP ¶126

18. Moçambique está a melhorar o seu quadro de CBC/FT. A Lei de CBC/FT foi encaminhada à Assembleia da República a 19 de Abril de 2012. As autoridades consideram a aprovação da legislação e respectivos regulamentos uma prioridade e um passo decisivo para a implementação das normas internacionais revistas. Após a aprovação da lei, as autoridades terão 180 dias para elaborar e adoptar os respectivos regulamentos secundários. Como parte da assistência técnica em curso em apoio ao reforço do regime de CBC/FT das autoridades, a equipa técnica está a avaliar a concordância da lei de CBC/FT com as normas internacionais.

MEFP ¶127

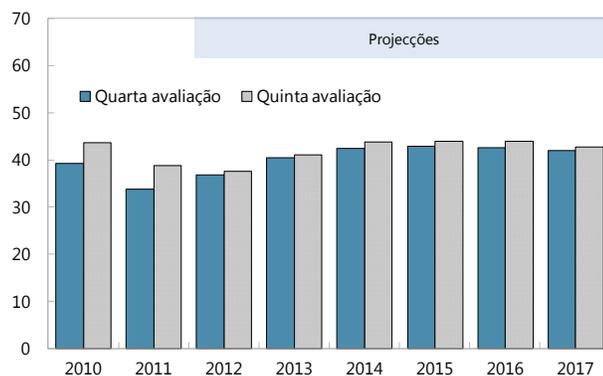
C. Manutenção da Sustentabilidade Externa Atendendo às Necessidade de Investimento em Infra-estruturas

19. Para complementar o apoio dos doadores e financiar os projectos de investimento prioritário em consideração, as autoridades estão a captar empréstimos não concessionais, conforme planeado. As autoridades solicitaram um aumento do limite dos ENC de USD 100 milhões para um total de USD 1.6 biliões de forma a permitir o financiamento de projectos altamente prioritários, dado que um empréstimo de USD 250 milhões para a melhoria do fornecimento de electricidade em Maputo foi contratado com um elemento de concessionalidade de 34 por cento, que é quase o valor limite de concessionalidade do programa.⁴ As negociações de muitos projectos com financiamento não concessional já foram concluídas ou estão em estágio avançado. Portanto, as autoridades esperam que o limite máximo de USD 1.6 biliões seja totalmente utilizado até meados de 2013 e que o ritmo de contratação de novos empréstimos diminuirá a partir daí. Vários projectos no sector essencial da electricidade (produção e transmissão) estão nas etapas iniciais de planificação, e o governo pretende recorrer sobretudo a parceiros privados para os financiar.

20. Os novos projectos de investimento não deverão causar grandes pressões sobre a procura interna ou inflação. O conteúdo importado é elevado e os mercados de trabalho em Moçambique estão subutilizados, apesar das pressões salariais para certas competências profissionais. Simultaneamente, os custos de construção em Moçambique são aparentemente mais elevados que nos países vizinhos e os preços dos imóveis em Maputo estão a subir. Nos últimos anos, o governo tem conseguido implementar um vasto programa de investimento público mantendo a estabilidade macroeconómica.

21. Esforços continuados para reforçar a gestão da dívida e a selecção de projectos são essenciais. Já foram implementadas diversas medidas de reforma, incluindo o Plano Integrado de Investimento, o trabalho das autoridades sobre as suas próprias actualizações do ASD anual, os recém-criados comités coordenadores e a aprovação pelo Conselho de Ministros de uma melhor estratégia de dívida de médio prazo (EDMP). A capacidade do governo será ampliada com a implementação de novos compromissos programáticos, como a aplicação do manual e do modelo de avaliação de projectos pelo Comité de Coordenação de Projectos (CCP); a publicação de informações de síntese sobre projectos após a sua aprovação pelo Conselho de Ministros; melhorias adicionais do ASD

Dívida Externa Pública
(Porcentagem do PIB)



MEFP ¶19

⁴ No total, USD 550 milhões em empréstimos sujeitos ao limite máximo de ENC têm um elemento de concessionalidade de 34%.

elaborado pelas autoridades; bem como a conclusão do novo plano anual de endividamento interno para 2013 (**indicador de referência estrutural**).

D. Gestão da Riqueza dos Recursos Naturais

22. Moçambique atingiu um marco fundamental ao tornar-se cumpridor integral de EITI em Outubro de 2012. A transparência no sector de recursos naturais é essencial para a boa gestão económica e a confiança. Em total conformidade com as exigências da EITI, o governo compromete-se a continuar a implementar o quadro de melhores práticas para o aumento da transparência neste sector.

23. O país necessita criar urgentemente capacidades para assegurar todos os benefícios da iminente expansão do sector dos recursos naturais. Moçambique está a iniciar um período de rápido desenvolvimento dos seus sectores mineiro e hidrocarbonetos. Enquanto a produção de carvão está gradualmente a ganhar força, a par com a expansão da infra-estrutura de transportes, é provável que as grandes descobertas de gás *offshore* conduzam à produção em larga escala e à exportação de GNL no final desta década. Um estudo de viabilidade, realizado recentemente por uma consultadoria norte-americana sob a supervisão do Banco Mundial como parte do Plano Director de Gás das autoridades, mostra que o desenvolvimento do sector de gás é viável aos actuais preços no mercado mundial e segundo pressupostos de preço muito mais conservadores.⁵ Todavia, para beneficiar plenamente destes desenvolvimentos, o governo precisa criar/contratar profissionais especializados para preparar o quadro normativo e fiscal, gerir a sua participação em PPPs através de empresas públicas, com a melhoria das projecções em matéria de receitas dos sectores mineiro e de hidrocarbonetos, e melhorar as estatísticas relativas aos recursos naturais. As autoridades também devem avaliar o conjunto adequado de políticas monetárias e fiscais com vista a abrandar o consumo de curto prazo, facilitando o investimento e mantendo a competitividade da taxa de câmbio.

24. Novas leis para o quadro dos sectores mineiro e de hidrocarbonetos foram apresentadas ao Conselho de Ministros em Setembro de 2012, com base nas quais estão a ser finalizados novos regimes fiscais para aqueles dois sectores. Com a assistência técnica do FMI ao abrigo do *Fundo Fiduciário Específico para a Gestão da Riqueza dos Recursos Naturais*, foi revista a legislação tributária aplicável e está em andamento uma consulta geral junto às partes interessadas locais, com vista à apresentação dos projectos de lei à Assembleia da República em 2013.

III. QUESTÕES RELATIVAS AO PROGRAMA

25. Propõem-se modificações à vários critérios de avaliação e à uma meta indicativa. Foi proposta a modificação dos critérios de avaliação para o final de Dezembro de 2012 relativos ao crédito líquido ao governo, a base monetária e as reservas internacionais líquidas e da meta indicativa para as receitas públicas com base no desempenho verificado até à data. As autoridades

⁵ O cenário mais conservador baseia-se em pressupostos fornecidos pelo Banco Mundial e considera um preço 30% mais baixo que a presente ASD para 2020.

solicitaram o incremento do critério de avaliação relativo à contracção de empréstimos externos não concessionais, uma vez que o elemento de concessionalidade de um grande empréstimo ficou ligeiramente aquém do valor limite de 35 por cento de concessionalidade sob o programa.

IV. AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

26. Apesar da difícil conjuntura mundial, o desempenho económico de Moçambique em 2012 foi notável. O crescimento económico continuou dinâmico e a estabilidade macroeconómica foi mantida, com base em políticas macroeconómicas sólidas que apoiaram eficazmente o crescimento, baixando a inflação e reforçando as reservas internacionais. A pequena inobservância do limite aplicável ao crédito líquido ao governo em Junho foi temporária e não comprometeu a prudente orientação da política fiscal subjacente nem a satisfatória implementação do programa económico no âmbito do PSI.

27. Não obstante, o governo deve continuar a manter políticas macroeconómicas prudentes. Apesar da magnitude dos riscos mundiais, o aumento da extracção de carvão continuará a impulsionar o crescimento económico de Moçambique. A equipa técnica felicita o governo pelo prudente orçamento de 2013, que pretende utilizar o espaço fiscal disponível para atingir os seus objectivos de investimento e desenvolvimento social. O governo deve procurar conter a massa salarial pública e canalizar recursos para sectores prioritários, como a protecção social. A política monetária está devidamente orientada para a expansão do crédito ao sector privado, mas comprometida com a meta de inflação de médio prazo. Para além disso, a intenção das autoridades de reforçar a supervisão do sector financeiro e o seu quadro de gestão de crises é muito oportuna.

28. A utilização prudente de empréstimos externos não concessionais pode ajudar a suprir a lacuna entre as vastas necessidades de infra-estruturas do país e a tendência de redução dos apoios por parte dos doadores. Continua a ser importante estabelecer o equilíbrio entre a resolução dos estrangulamentos prementes em matéria de infra-estruturas e os riscos advindos da rápida expansão da dívida externa. Assim, é de louvar a intenção do governo de continuar a recorrer aos empréstimos não concessionais de forma cautelosa e de monitorizar o nível de endividamento global. Além disso, o governo deve aproveitar as actuais reformas da gestão da dívida e da selecção de projectos para definir prioridades de investimento claras, mantendo a sustentabilidade da dívida do país.

29. A longo prazo, o sector dos recursos naturais deverá ajudar a aumentar a receita tributária necessária para fazer face às necessidades de desenvolvimento do país. Neste contexto, a equipa técnica felicita as autoridades por terem atingido a total conformidade com as exigências da EITI e encoraja-as a avançar rapidamente na modernização dos regimes fiscais para os sectores mineiro e de hidrocarbonetos em expansão e a promover melhorias institucionais e a criação de capacidades para a gestão da riqueza dos recursos naturais. Embora os principais fluxos de receitas devam começar a surgir apenas no final desta década, é essencial manter uma abordagem prudente e gerir as expectativas públicas.

30. Face ao desempenho alcançado e à forte apropriação, por parte das autoridades, do programa com o FMI, o corpo técnico recomenda a conclusão da quinta avaliação ao abrigo do PSI. O corpo técnico do FMI recomenda igualmente a dispensa pelo não cumprimento por uma pequena margem do critério de avaliação sobre o crédito líquido ao governo, a modificação dos critérios de avaliação e da meta indicativa para Dezembro de 2012 e a definição de metas indicativas para Março de 2013.

Tabela 1. Moçambique: Principais Indicadores Económicos e Financeiros, 2010-17

	2010	2011	2012		2013	2014	2015	2016	2017
	Efect.	Est.	CR 12/148	Proj.	Proj.		Proj.		
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)									
Rendimento nacional e preços									
PIB nominal (mil milhões de MT)	315	365	426	414	483	551	628	715	814
Crescimento do PIB nominal	18,3	16,0	14,9	13,4	16,5	14,0	14,0	13,9	13,8
Crescimento do PIB real	7,1	7,3	6,7	7,5	8,4	8,0	8,0	7,8	7,8
PIB per capita (USD)	442	571	632	650	688	735	805	881	963
Deflator do PIB	10,5	8,1	7,2	5,5	7,5	5,6	5,6	5,6	5,6
Índice de preços no consumidor (média anual)	12,7	10,4	7,2	2,4	7,0	5,6	5,6	5,6	5,6
Índice de preços no consumidor (fim de período)	16,6	5,5	5,6	4,1	6,5	5,6	5,6	5,6	5,6
Taxa de câmbio, MT/USD, fim de período	32,8	27,1
Taxa de câmbio, MT/USD, média do período	33,0	29,1
Sector externo									
Exportações de mercadorias	8,7	33,6	12,3	16,9	16,1	7,3	6,0	24,0	24,2
Exportações de mercadorias, excluindo mega projectos	-20,5	65,8	4,0	19,3	9,1	11,0	12,2	13,2	13,9
Importações de mercadorias	18,7	51,9	6,5	9,9	7,4	39,8	3,1	3,1	0,3
Importações de mercadorias, excluindo mega projectos	-0,7	46,2	11,9	-0,2	11,3	6,2	6,3	9,4	7,9
Termos de troca	10,4	3,2	13,3	-9,8	-2,9	1,0	0,5	0,7	0,2
Taxa de câmbio efectiva nominal (fim de período)	-22,4	12,4
Taxa de câmbio efectiva real (fim de período)	-15,1	19,7
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)									
Moeda e crédito									
Base monetária	29,2	8,5	20,2	18,0	18,4	15,0	14,9	15,0	15,1
M3 (moeda em sentido lato)	22,8	9,4	20,2	18,6	19,3	18,0	15,1	14,9	14,9
Crédito à economia	29,3	6,4	22,8	17,9	18,9	17,3	16,7	15,1	15,1
(Porcentagem do PIB)	29,3	26,9	28,3	28,0	28,5	29,3	30,0	30,4	30,7
(Porcentagem do PIB)									
Investimento e poupança									
Investimento interno bruto	26,4	37,6	22,8	37,2	39,0	54,5	51,9	47,0	43,7
Governo	14,5	15,3	15,4	12,9	14,6	15,8	14,3	13,4	12,7
Outros sectores	11,9	22,4	7,4	24,3	24,3	38,6	37,6	33,7	31,0
Poupança interna bruta (excluindo donativos)	2,1	5,5	5,5	6,0	9,0	10,3	9,0	7,8	8,7
Governo	1,6	2,7	2,4	3,5	3,0	3,4	4,0	4,8	5,6
Outros sectores	0,5	2,8	3,1	2,5	6,0	7,0	5,1	3,1	3,1
Conta corrente externa, antes dos donativos	-24,3	-32,1	-17,3	-31,2	-30,0	-44,2	-42,9	-39,2	-35,0
Conta corrente externa, após os donativos	-17,4	-25,8	-12,7	-26,9	-26,3	-41,0	-40,3	-37,0	-33,2
Orçamento do Estado									
Total da receita	20,5	22,2	22,2	23,9	23,1	23,3	23,9	24,7	25,4
Total da despesa e empréstimos líquidos	33,4	34,4	35,2	33,3	34,0	34,4	33,2	33,2	32,3
Saldo global, antes dos donativos	-12,9	-12,2	-13,0	-9,3	-10,9	-11,1	-9,4	-8,5	-6,9
Total dos donativos	9,0	7,8	6,6	5,8	5,4	4,7	3,9	3,3	2,7
Saldo global, após os donativos	-3,9	-4,5	-6,4	-3,6	-5,5	-6,4	-5,4	-5,2	-4,2
Saldo primário interno, antes dos donativos	-3,7	-2,2	-2,3	-1,3	-2,3	-2,1	-1,7	-1,1	-0,5
Financiamento externo (incl. alívio da dívida)	4,2	3,7	5,8	3,6	4,9	5,6	4,6	4,4	3,4
Financiamento interno líquido	-0,4	0,9	0,6	0,0	0,6	0,8	0,8	0,8	0,8
Privatização	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total da dívida pública ¹	49,3	45,3	41,4	48,1	50,7	52,5	52,2	52,2	50,8
D/q: externa	43,5	36,2	38,3	39,1	42,3	44,4	44,3	44,4	43,2
D/q: interna	5,9	9,1	3,1	9,1	8,3	8,1	7,9	7,8	7,6
(Em mil milhões de USD, salvo indicação em contrário)									
Conta corrente externa, antes dos donativos	-2.320	-4.036	-2.463	-4.558	-4.726	-7.583	-8.231	-8.405	-8.368
Conta corrente externa, após os donativos	-1.663	-3.241	-1.802	-3.924	-4.153	-7.045	-7.729	-7.938	-7.933
Balança de pagamentos global	58	323	200	246	155	274	262	375	490
Reservas internacionais líquidas (fim de período) ²	1.908	2.239	2.438	2.530	2.685	2.959	3.220	3.596	4.085
Reservas internacionais brutas (fim de período) ²	2.099	2.428	2.626	2.723	2.874	3.145	3.372	3.712	4.167
Meses de import. project. de bens e serviços não factoriais	3,3	3,3	4,7	3,4	2,7	2,9	2,9	3,1	3,3

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ A linha de crédito não concessional do governo português é incluída na dívida externa, em conformidade com a definição da análise de sustentabilidade c² Inclui os desembolsos de recursos do FMI no âmbito da ESF e a afectação de DSE de Agosto de 2009.

Tabela 2. Moçambique: Finanças Públicas, 2010-13

(Mil milhões de MT)

	2010	2011	2012		2013
	Est.	Est.	CR 12/148	Proj.	Proj.
Total da receita	64,48	81,12	94,57	99,04	111,76
Receitas fiscais	56,54	71,54	82,90	87,33	97,08
Rendimento e lucros	18,48	24,89	27,49	35,21	31,58
<i>D/q</i> : imposto sobre os ganhos de capital	5,03	...
Bens e serviços	31,69	38,42	45,76	42,87	53,15
Comércio internacional	5,26	6,73	8,00	7,42	9,58
Outros	1,10	1,51	1,66	1,83	2,77
Receitas não fiscais	7,94	9,58	11,66	11,71	14,68
Total da despesa e empréstimos líquidos	105,20	125,76	150,09	137,78	164,41
Despesas correntes	59,56	71,50	84,46	84,46	97,26
Remuneração de empregados	29,11	35,66	41,35	41,35	48,81
Bens e serviços	12,36	14,83	19,84	18,84	23,56
Juros sobre a dívida pública	2,67	3,58	4,63	4,63	5,62
Interna	1,86	2,59	3,55	3,55	3,56
Externa	0,81	0,99	1,07	1,07	2,06
Pagamentos de transferências	15,42	17,21	18,63	19,64	19,28
<i>D/q</i> : subsídios aos combustíveis (stock antigo)	4,69	4,09	2,68	2,68	1,33
protecção social básica	0,73	0,75	1,01	1,01	1,68
Saldo primário corrente interno	7,59	13,21	14,74	19,21	20,12
Despesas de capital	43,70	50,60	51,74	46,99	57,65
Com financiamento interno	20,03	20,32	24,26	24,26	30,78
Com financiamento externo	23,67	30,28	27,48	22,73	26,87
Empréstimos líquidos	1,93	3,66	13,89	6,34	9,49
Com financiamento interno	-0,40	0,39	0,40	0,40	0,33
Empr. às empresas públicas com financ. externo	2,33	3,26	13,49	5,94	9,17
<i>D/q</i> : empréstimos líquidos não concessionais	0,00	1,50	8,77	4,24	8,28
Receitas (+) Despesas (-) sem afectação ¹	0,36	-0,78	0,00	0,00	0,00
Saldo primário interno, antes dos donativos, acima da linha ²	-11,68	-8,28	-9,92	-5,45	-10,98
Saldo global, antes dos donativos	-40,36	-45,41	-55,52	-38,74	-52,65
Donativos recebidos	28,34	28,63	28,11	23,87	26,23
Apoio a projectos	17,11	16,37	18,48	15,60	17,65
Projectos de investimento	7,19	6,70	8,48	7,56	8,80
Programas especiais	9,92	9,68	10,00	8,05	8,86
Apoio ao orçamento	11,24	12,26	9,63	8,26	8,58
Saldo global, após os donativos	-12,01	-16,78	-27,41	-14,87	-26,42
Financiamento externo líquido	13,25	13,48	24,91	14,82	23,65
Desembolsos	14,28	14,60	27,19	16,97	25,73
Projectos	8,19	10,50	9,00	7,12	9,22
Apoio não relacionado a projectos	6,09	4,10	18,18	9,85	16,51
Empréstimos às empresas públicas	2,33	3,26	13,87	5,94	9,17
<i>D/q</i> : não concessionais	0,00	1,50	9,15	4,24	8,28
Apoio ao orçamento	3,76	0,83	4,31	3,91	7,34
Amortização em dinheiro	-1,03	-1,12	-2,27	-2,15	-2,07
Financiamento interno líquido	-1,22	3,30	2,50	0,05	2,76
Privatização líquida	-0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Por memória:</i>					
Fluxos brutos da ajuda	42,62	41,73	46,15	36,60	43,68
Apoio ao orçamento	14,99	13,09	13,95	12,17	15,92
Apoio não relacionado ao orçamento	27,63	28,64	32,21	24,43	27,76
Apoio a projectos	25,30	26,88	27,48	22,73	26,87
Empréstimos às empresas públicas	2,33	1,76	4,73	1,70	0,89

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Discrepância residual entre fontes e usos identificados de recursos.² Receita menos despesas correntes excl. juros menos despesas de capital com financiamento interno e empréstimos líquidos com financiamento interno.

Tabela 3. Moçambique: Finanças Públicas, 2010-17
(Percentagem do PIB)

	2010	2011	2012		2013	2014	2015	2016	2017
	Est.	Est.	CR 12/148	Proj.	Proj.	Projeções			
Total da receita	20,5	22,2	22,2	23,9	23,1	23,3	23,9	24,7	25,4
Receitas fiscais	18,0	19,6	19,5	21,1	20,1	20,2	20,9	21,7	22,3
Impostos sobre rendimentos e lucros	5,9	6,8	6,5	8,5	6,5	6,5	7,0	7,7	8,2
Impostos sobre bens e serviços	10,1	10,5	10,7	10,3	11,0	11,1	11,2	11,3	11,4
Impostos sobre transacções internacionais	1,7	1,8	1,9	1,8	2,0	2,0	2,1	2,1	2,1
Outros impostos	0,4	0,4	0,4	0,4	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6
Receitas não fiscais	2,5	2,6	2,7	2,8	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Total da despesa e empréstimos líquidos	33,4	34,4	35,2	33,3	34,0	34,4	33,2	33,2	32,3
Despesas correntes	18,9	19,6	19,8	20,4	20,1	19,9	19,9	19,9	19,8
Remuneração de empregados	9,2	9,8	9,7	10,0	10,1	9,9	9,6	9,4	9,0
Bens e serviços	3,9	4,1	4,5	4,5	4,9	4,9	4,9	4,8	4,8
Juros sobre a dívida pública	0,8	1,0	1,1	1,1	1,2	1,1	1,2	1,3	1,4
Pagamentos de transferências	4,9	4,7	4,6	4,7	4,0	4,0	4,2	4,5	4,5
<i>D/q:</i> subsídios aos combustíveis (stock antigo)	1,5	1,1	0,6	0,6	0,3
protecção social básica	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4	0,6	0,8	0,8
Despesas de capital	13,9	13,9	12,1	11,3	11,9	12,1	11,6	11,4	11,0
Com financiamento interno	6,4	5,6	5,7	5,9	6,4	6,5	6,7	7,1	7,4
Com financiamento externo	7,5	8,3	6,4	5,5	5,6	5,6	4,9	4,3	3,6
Empréstimos líquidos	0,6	1,0	3,3	1,5	2,0	2,4	1,7	1,9	1,5
Com financiamento interno	-0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Empr. às empresas públicas com financ. externo	0,7	0,9	3,2	1,4	1,9	2,3	1,6	1,8	1,4
<i>D/q:</i> empréstimos líquidos não concessionais	0,0	0,4	2,1	1,0	1,7	2,2	1,5	1,7	1,3
Receitas (+) Despesas (-) sem afectação ¹	0,1	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo primário interno, antes dos donativos ²	-3,7	-2,3	-2,3	-1,3	-2,3	-2,1	-1,7	-1,1	-0,5
Saldo global, antes dos donativos	-12,8	-12,4	-13,0	-9,3	-10,9	-11,1	-9,4	-8,5	-6,9
Donativos recebidos	9,0	7,8	6,6	5,8	5,4	4,7	3,9	3,3	2,7
Projectos	5,4	4,5	4,3	3,8	3,7	3,2	2,7	2,2	1,9
Projectos de investimento	2,3	1,8	2,0	1,8	1,8	1,6	1,3	1,1	0,9
Programas especiais	3,1	2,6	2,3	1,9	1,8	1,6	1,3	1,1	0,9
Apoio ao orçamento	3,6	3,4	2,3	2,0	1,8	1,5	1,3	1,1	0,9
Saldo global, após os donativos	-3,9	-4,6	-6,4	-3,6	-5,5	-6,4	-5,4	-5,2	-4,2
Financiamento externo líquido	4,2	3,7	5,8	3,6	4,9	5,6	4,6	4,4	3,4
Desembolsos	4,5	4,0	6,4	4,1	5,3	6,1	5,0	4,8	3,9
Projectos	2,6	2,9	2,1	1,7	1,9	2,4	2,2	2,1	1,7
Apoio não relacionado a projectos	1,9	1,1	4,3	2,4	3,4	3,7	2,7	2,7	2,2
Empréstimos às empresas públicas	0,7	0,9	3,3	1,4	1,9	2,3	1,6	1,8	1,4
<i>D/q:</i> não concessionais	0,0	0,4	2,1	1,0	1,7	2,2	1,5	1,7	1,3
Apoio ao orçamento	1,2	0,2	1,0	0,9	1,5	1,3	1,1	0,9	0,8
Amortização em dinheiro	-0,3	-0,3	-0,5	-0,5	-0,4	-0,5	-0,4	-0,4	-0,5
Financiamento interno líquido	-0,4	0,9	0,6	0,0	0,6	0,8	0,8	0,8	0,8
Privatização líquida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>									
Fluxos brutos da ajuda	13,5	11,4	10,8	8,8	9,0	8,6	7,4	6,4	5,4
Apoio ao orçamento	4,8	3,6	3,3	2,9	3,3	2,9	2,4	2,0	1,7
Apoio não relacionado ao orçamento	8,8	7,8	7,6	5,9	5,7	5,8	5,0	4,4	3,7
Apoio a projectos	8,0	7,4	6,4	5,5	5,6	5,6	4,9	4,3	3,6
Empréstimos às empresas públicas	0,7	0,5	1,1	0,4	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Discrepância residual entre fontes e usos identificados de recursos.

² Receita menos despesas correntes excl. juros menos despesas de capital com financiamento interno e empréstimos líquidos com financiamento interno.

Tabela 4. Moçambique: Síntese Monetária, Trimestral, 2010-13
(Em mil milhões de MT, salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012								2013			
			T1		T2		T3		T4		T1	T2	T3	T4
	Efect.	Efect.	CR/11/350	Efect.	CR 12/148	Efect.	CR 12/148	Efect.	CR 12/148	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	
Banco de Moçambique														
Activos externos líquidos	56,9	56,9	57,4	55,4	62,8	60,0	67,9	72,9	73,0	75,9	77,3	79,3	82,4	82,8
(Mil milhões de USD)	1,7	2,1	1,9	2,0	2,1	2,1	2,2	2,5	2,3	2,4	2,4	2,4	2,5	2,5
Reservas internacionais líquidas	62,2	61,1	62,2	59,5	67,3	64,2	72,6	77,4	78,0	80,9	81,8	84,0	87,3	87,9
(Mil milhões de USD)	1,9	2,2	2,1	2,2	2,2	2,3	2,3	2,7	2,4	2,5	2,5	2,6	2,7	2,7
Activos internos líquidos	-25,2	-22,6	-24,0	-24,5	-26,0	-25,9	-30,5	-36,2	-31,8	-35,4	-40,6	-38,2	-38,3	-34,9
Crédito ao governo (líquido)	-20,6	-26,8	-19,2	-26,2	-27,7	-28,6	-25,8	-27,6	-24,3	-26,7	-27,9	-34,3	-39,6	-24,0
Crédito aos bancos (líquido)	0,4	-3,8	2,0	-4,7	0,4	-6,5	-4,5	-16,3	-5,0	-6,0	-13,8	-8,9	-3,0	-6,3
Crédito à economia	0,5	0,9	0,6	1,0	0,9	1,0	0,9	1,1	0,9	0,9	1,0	1,0	1,1	0,9
Outras rubricas (líquido; activos +)	-5,6	7,1	-7,5	5,5	0,5	8,1	-1,1	6,7	-3,3	-3,6	0,1	3,8	3,3	-5,6
Base monetária	31,6	34,3	33,4	31,0	36,8	34,1	37,4	36,7	41,2	40,5	36,7	41,0	44,1	47,9
Moeda em circulação	20,4	21,9	21,2	18,7	23,4	21,6	24,2	23,1	27,6	27,7	23,6	27,2	29,0	32,4
Moeda fora dos bancos	17,4	17,5	10,8	15,3	20,2	17,5	20,1	18,2	21,9	20,6	12,0	20,1	15,0	19,5
Notas e moedas em caixa	3,1	4,4	10,4	3,5	3,2	4,1	4,1	4,8	5,7	7,1	11,6	7,1	14,0	12,9
Depósitos bancários no BM	11,2	12,4	12,2	12,2	13,3	12,5	13,2	13,6	13,6	12,8	13,1	13,8	15,1	15,5
Bancos comerciais														
Activos externos líquidos	22,8	16,1	24,0	16,6	28,9	17,8	29,8	19,8	25,2	22,2	18,4	18,6	27,3	29,8
(Milhões de USD)	0,7	0,6	0,8	0,6	0,9	0,6	1,0	0,7	0,8	0,7	0,6	0,6	0,8	0,9
Activos internos líquidos	92,5	109,1	111,7	110,3	116,7	119,7	113,8	127,7	123,7	127,7	136,2	144,5	150,8	154,2
Reservas bancárias	14,3	16,8	22,6	15,5	16,6	16,8	17,3	19,5	19,3	19,9	24,7	20,9	29,1	28,5
Crédito ao BM (líquido)	-0,3	4,0	-2,0	6,2	-0,4	6,2	4,5	16,6	5,0	6,0	13,8	8,9	3,0	6,3
Crédito ao governo (líquido)	8,4	21,1	12,9	22,2	20,1	26,0	20,3	17,9	21,9	21,9	23,0	25,2	24,4	21,9
Crédito à economia	91,9	97,3	106,6	98,1	120,9	101,9	119,4	105,8	119,7	114,9	115,1	122,9	124,9	136,8
Outras rubricas (líquido; activos +)	-21,8	-30,1	-28,4	-30,0	-40,5	-31,2	-47,6	-32,1	-42,2	-35,0	-40,4	-33,4	-30,7	-39,3
Depósitos	115,3	125,3	135,7	126,9	145,7	137,5	143,6	147,5	148,9	150,0	154,6	163,1	178,1	184,0
Depósitos à ordem e de poupança	73,0	79,1	88,3	79,3	90,0	86,8	89,7	94,9	93,5	94,7	97,7	100,9	114,1	117,7
Depósitos a prazo	42,3	46,2	47,4	47,7	55,6	50,7	54,0	52,6	55,4	55,3	56,9	62,2	64,0	66,3
Síntese Monetária														
Activos externos líquidos	79,6	73,0	81,4	72,0	91,7	77,7	97,8	92,7	98,2	98,1	95,7	97,9	109,7	112,7
(Mil milhões de USD)	2,4	2,7	2,7	2,6	3,0	2,8	3,1	3,2	3,1	3,1	3,0	3,0	3,4	3,4
Activos internos líquidos	51,8	70,8	65,1	71,1	74,2	78,2	66,0	74,1	72,6	72,4	70,8	85,3	83,4	90,8
Crédito interno	80,2	92,6	100,9	111,0	114,1	100,4	114,7	97,2	118,1	111,0	111,0	114,8	110,8	135,7
Crédito ao governo (líquido)	-12,2	-5,7	-6,3	-4,0	-7,6	-2,6	-5,6	-9,7	-2,5	-4,8	-5,0	-9,1	-15,2	-2,1
Crédito à economia	92,4	98,3	107,3	99,1	121,7	102,9	120,2	106,9	120,6	115,9	116,0	123,9	126,0	137,7
Cred. à economia em moeda estrangeira	-21,8	21,8	24,5	22,4	25,6	24,4	24,6	25,2	26,6	24,8	26,0	27,5	27,9	29,0
Outras rubricas (líquido; activos +)	-28,3	-21,8	-35,9	-24,0	-39,9	-22,2	-48,7	-23,0	-45,5	-38,6	-40,2	-29,5	-27,4	-44,9
Moeda e quase-moeda (M3)	131,5	143,8	146,4	143,1	165,9	155,9	163,8	166,8	170,8	170,5	166,6	183,2	193,0	203,5
Depósitos em moeda estrangeira	46,2	38,1	47,0	39,6	44,6	42,7	42,7	47,2	42,0	45,0	45,4	50,7	52,5	53,1
(Mil milhões de USD)	1,4	1,4	1,6	1,5	1,5	1,5	1,4	1,6	1,3	1,4	1,4	1,6	1,6	1,6
M2	85,3	105,7	99,4	103,5	121,3	113,2	121,0	119,6	128,8	125,5	121,1	132,5	140,6	150,3
<i>Por memória:</i>														
Base monetária, média diária no 3º mês do trimestre	31,8	33,3	33,8	30,8	36,9	33,4	37,0	36,0	40,0	39,3	36,5	40,2	43,2	46,5
Variação percentual em 12 meses	35,0	4,5	16,6	6,2	20,1	8,5	17,8	14,4	20,2	18,0	18,6	20,5	20,1	18,4
Moeda, média diária no 3º mês do trimestre	20,4	21,2	21,5	18,6	23,0	20,8	23,9	22,4	26,7	26,7	23,4	26,1	28,2	31,3
Variação percentual em 12 meses	30,1	3,7	24,1	7,6	22,8	10,9	20,7	13,3	26,0	26,3	25,6	25,8	25,6	17,1
Stock de CLG (def. progr.)	-15,8	-12,5	-10,7	-11,8	-11,6	-10,6	-9,7	-13,8	-6,5	-9,0	-9,4	-13,6	-15,1	-6,2
Fluxo de CLG (def. progr.), acum. desde o fim do ano	-1,2	3,3	2,8	0,8	-2,6	1,9	-0,7	-1,2	2,5	0,1	0,5	-3,4	-5,2	2,8
Variação percentual em 12 meses														
Base monetária	29,2	8,5	16,6	8,1	20,1	11,2	17,8	15,6	20,2	18,0	18,6	20,5	20,1	18,4
M2	17,6	23,9	18,3	23,1	33,8	24,9	26,2	24,8	23,8	18,7	17,0	17,1	17,5	19,8
M3	22,8	9,4	13,2	10,7	27,8	20,1	23,2	25,5	20,2	18,6	16,4	17,5	15,7	19,3
Crédito à economia	29,3	6,4	16,1	6,7	28,9	9,0	26,7	12,6	22,8	17,9	17,1	20,4	17,9	18,9
Multiplicador monetário (M2/base monetária)	2,70	3,08	2,98	3,34	3,30	3,32	3,23	3,26	3,12	3,10	3,30	3,23	3,19	3,14
Velocidade (PIB/M2)	3,69	3,46	...	4,00	3,51	3,66	3,52	3,46	3,31	3,30	3,99	3,64	3,43	3,21
PIB nominal	315	365	426	414	483
Crescimento do PIB nominal	18,3	16,0	14,9	13,4	16,5
Taxa da FPC (fim do período)	15,5	15,0	...	13,75	...	12,50	...	10,50
Taxa dos BTs a 91 dias	14,7	11,8	...	8,6	...	4,2	...	3,0

Fontes: Banco de Moçambique e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Tabela 5. Moçambique: Balança de Pagamentos, 2010-17

(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012		2013	2014	2015	2016	2017
	Efect.	Est.	CR 12/148	Proj.	Projeções				
Saldo da conta corrente	-1.663	-3.241	-1.803	-3.924	-4.153	-7.045	-7.729	-7.938	-7.933
Balança comercial de bens	-1.729	-3.052	-1.344	-3.140	-3.055	-5.644	-5.686	-4.859	-3.450
<i>D/q:</i> mega projectos	218	-334	817	-641	-243	-2.725	-2.676	-1.633	-92
Exportações, FOB	2.333	3.118	3.116	3.644	4.229	4.539	4.811	5.968	7.414
<i>D/q:</i> exportações dos mega projectos	1.668	2.015	2.325	2.328	2.794	2.946	3.025	3.945	5.110
Importações, FOB	-4.062	-6.170	-4.460	-6.784	-7.284	-10.183	-10.497	-10.826	-10.864
<i>D/q:</i> importações dos mega projectos	-1.450	-2.350	-1.508	-2.969	-3.037	-5.671	-5.701	-5.577	-5.202
Balança comercial de serviços	-506	-794	-895	-1.405	-1.470	-1.514	-1.598	-1.819	-2.144
Balança de rendimentos	-85	-190	-239	-108	-94	-284	-781	-1.561	-2.609
<i>D/q:</i> dividendos pagos pelos mega projectos	0	-157	-254	-10	-21	-187	-254	-555	-1.069
Balança de transferências correntes	657	795	675	729	467	397	337	302	270
<i>D/q:</i> donativos externos	605	785	661	634	573	538	503	468	435
Conta de capital e financeira	1.663	3.013	2.004	4.131	4.307	7.320	7.990	8.313	8.423
Conta de capital	346	379	422	401	434	432	433	436	443
Conta financeira	1.318	2.634	1.582	3.730	3.874	6.887	7.557	7.877	7.980
Investimento directo estrangeiro líquido	1.340	2.892	1.590	3.090	3.261	1.840	1.912	1.616	1.122
Endividamento externo líquido do governo geral	468	531	926	603	892	1.047	923	968	774
Endividamento externo líq. do sector privado não finanei	-348	-590	-671	-173	-384	3.900	4.628	5.204	6.002
Outros ¹	-142	-199	-261	210	105	101	95	88	81
Erros e omissões líquidos	58	551	0	39	0	0	0	0	0
Saldo global	58	323	200	246	155	274	262	375	490
Financiamento externo	-58	-323	-200	-246	-155	-274	-262	-375	-490
Activos de reserva ¹	-87	-321	-198	-242	-152	-271	-227	-340	-455
Uso líquido do crédito	18	-2	-2	-4	-3	-3	-35	-36	-35
<i>D/q:</i> Uso líquido do crédito do FMI	20	-2	-2	-2	-3	-3	-35	-36	-35
Financiamento excepcional	10	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Por memória:</i>									
Índices da taxa de câmbio efectiva (variação percentual)									
Taxa de câmbio efectiva nominal	-22,4	12,4
Taxa de câmbio efectiva real	-15,1	19,7
Índice dos termos de troca (variação percentual)									
Preço internacional do alumínio	10,4	3,2	13,3	-9,8	-2,9	1,0	0,5	0,7	0,2
Índice de preços internacionais dos alimentos	30,2	10,5	-6,4	-17,2	-0,5	4,9	4,6	4,1	3,5
Índice de preços internacionais dos combustíveis	11,5	19,7	-7,5	-1,1	-2,0	-6,6	-4,9	-1,5	-0,9
Índice de preços internacionais dos carvão	26,0	31,5	9,2	1,5	-1,5	-3,5	-3,6	-3,2	-3,5
Índice de preços internacionais do carvão	...	23,2	-12,3	-22,8	-21,5	0,1	-2,0	0,0	0,0
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)	-17,4	-25,8	-12,7	-26,9	-26,3	-41,0	-40,3	-37,0	-33,2
Excluindo donativos externos	-24,3	-32,1	-17,4	-31,9	-30,0	-44,2	-42,9	-39,2	-35,0
Entrada bruta de fluxos de ajuda (milhões de USD)	1.443	1.556	1.606	1.351	1.477	1.527	1.468	1.417	1.311
Entrada bruta de fluxos de ajuda (% do PIB)	15,1	12,4	11,3	9,3	9,4	8,9	7,6	6,6	5,5
<i>D/q:</i> para o governo central	13,5	11,4	10,8	8,8	9,1	8,6	7,4	6,4	5,4
Apoio ao orçamento	4,8	3,6	3,3	3,0	3,3	2,9	2,4	2,0	1,7
Apoio não relacionado ao orçamento	8,8	7,8	7,6	5,9	5,8	5,8	5,0	4,4	3,7
Apoio a projectos	8,0	7,4	6,4	5,5	5,6	5,6	4,9	4,3	3,6
Acordos de retrocessão	0,7	0,5	1,1	0,4	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Activos externos líquidos	1.745	2.082	2.285	2.324	2.479	2.753	3.015	3.390	3.880
Reservas internacionais líquidas ¹	1.908	2.239	2.438	2.530	2.685	2.959	3.220	3.596	4.085
Reservas internacionais brutas ¹	2.099	2.428	2.627	2.723	2.874	3.145	3.372	3.712	4.167
Meses de import. project. de bens e serviços não factoriais	3,3	3,3	4,7	3,4	2,7	2,9	2,9	3,1	3,3
Meses de import correntes de bens e serviços não factoriais:	4,8	3,8	5,2	3,7	3,6	3,0	3,1	3,2	3,5
Meses de import. proj. de B/S (excl. importações dos mega	4,8	5,0	...	5,1	5,1	5,2	5,2	5,3	5,4
Meses de import. correntes de B/S (excl. import. dos mega	6,7	5,5	...	5,6	5,4	5,6	5,6	5,7	5,9

Fontes: Dados do governo de Moçambique e projecções do corpo técnico do FMI.

¹Inclui o investimento de carteira líquido e outros activos de investimento.

Tabela 6. Moçambique: Indicadores da Solidez Financeira do Sistema Bancário, 2003-12

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Mar-12	Jun-12
Adequação dos fundos próprios											
Capital regulamentar/activos ponderados pelo risco	16,5	18,0	13,4	12,5	14,2	13,9	15,1	14,4	17,1	17,8	20,1
Capital regulamentar Tier 1/activos ponderados pelo risco	14,7	16,0	13,6	10,7	12,1	12,4	13,0	13,7	16,1	16,5	18,6
Capital (património líquido)/activos	7,4	7,4	6,6	6,3	7,2	7,5	7,7	8,0	9,0	9,0	10,5
Composição e qualidade dos activos											
Empréstimos em ME/total de empréstimos	60,8	62,0	51,4	33,2	28,5	32,8	32,4	29,5	25,1	25,9	26,7
Empréstimos mal parados/empréstimos brutos ¹	13,8	5,9	3,5	3,1	2,6	1,9	1,8	1,9	2,6	3,5	3,2
Emprést. mal parados líquidos de provisões/capital ¹	8,8	3,8	1,9	3,6	0,5	2,5	5,9	5,6	6,6	9,4	6,4
Lucros e rentabilidade											
Rentabilidade dos activos	1,4	1,5	1,9	4,0	3,8	3,5	3,0	2,6	2,5	2,7	2,2
Rentabilidade do capital	18,6	20,6	26,9	60,8	50,7	44,7	36,6	32,9	26,5	28,3	23,2
Margem de juros/rendimentos brutos	62,1	65,8	63,6	67,4	70,2	58,8	55,7	59,4	64,9	60,4	59,6
Despesas líquidas de juros/rendimentos brutos	81,9	81,6	75,2	60,2	60,8	58,7	58,4	59,7	61,3	62,1	65,1
Despesas de pessoal/despesas não financeiras	42,4	43,1	43,5	42,6	46,3	45,1	45,9	45,5	47,1	47,1	48,5
Rendimento de tarifas e negócios/rendimento bruto	37,9	34,2	36,4	32,6	29,5	40,5	44,3	23,8	17,2	21,8	21,0
Spread entre taxas de referência activas e passivas (90 dias, moeda nacional)	17,4	14,9	13,8	14,6	11,1	10,7	11,1	10,3	11,4	10,3	...
Financiamento e liquidez											
Activos líquidos/activos totais ²	45,2	38,3	31,1	33,9	36,0	36,2	27,9	22,4	27,8	27,6	28,7
Depósitos de clientes/total de empréstimos (não interbancários)	193,6	205,0	177,6	169,5	184,9	165,7	138,2	131,2	131,6	132,5	136,6

Fonte: Banco de Moçambique (BM).

¹ Os empréstimos mal parados são definidos conforme as normas contabilísticas moçambicanas (incluem apenas parte dos empréstimos em mora).² Inclui os depósitos nas instituições-mãe.

Tabela 7. Moçambique: Critérios de Avaliação Quantitativos e Metas Indicativas ¹
(Em milhões de MT, salvo indicação em contrário)

	2013												
	Fim de Junho		Fim de Set.		Fim de Dez.		Fim de Março		Fim de Junho		Fim de Dez.		
	Prog.	Efect.	Situação	Meta indicativa	Situação	Critérios de avaliação	Prop.	Prog.	Prop.	Prog.	Prop.	Prog.	Prog.
Critérios de avaliação para o final de Junho/Dezembro													
Crédito líquido ao governo (tecto cumulativo)	-2.645	112	1.900	NC	-745	-1.248	C	2.500	52	517	-3.432	-5.184	2.763
Stock da base monetária (tecto)	36.923	36.580	33.350	C	37.031	35.975	C	39.985	39.264	36.495	40.187	43.207	46.490
Stock de reservas internacionais líquidas do BM (piso, milhões de USD)	2.207	2.107	2.282	C	2.323	2.693	C	2.438	2.530	2.544	2.595	2.681	2.685
Nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central, pelo BM ou por estatais seleccionadas com vencimento igual ou superior a um ano (tecto cumulativo durante a vigência do programa, milhões de USD)	1.500	1.500	1.129	C	1.500	1.379	C	1.500	2.100	2.100	2.100
Stock da dívida externa pública de curto prazo (tecto)	0	0	0	C	0	0	C	0	0	0	0	0	0
Atrasados de pagamentos externos (tecto, milhões de USD)	0	0	0	C	0	0	C	0	0	0	0	0	0
Metas indicativas													
Receita pública (piso cumulativo)	45.256	45.256	43.567	NC	69.687	73.619	C	94.568	99.043	23.656	53.224	81.989	111.762
Despesas prioritárias (piso cumulativo)	24.500	24.500	25.136	C	35.934	72.563	72.563	10.797	28.792	49.486	89.975

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ As definições dos factores de ajuste são apresentadas na secção "Monitoria do Programa" do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e do Memorando Técnico de Entendimento.

Tabela 8. Moçambique: Condicionalidade Estrutural no âmbito do actual PSI, 2011-12

Indicadores de referência estruturais	Data esperada de implementação	Situação	Importância macroeconómica
O Banco de Moçambique adoptará os seguintes módulos do plano de contingência para o sector financeiro: i) fechamento e liquidação de bancos, ii) gestão de processos de aquisição no sector privado, iii) resgates, e iv) apoio de emergência à liquidez para auxiliar bancos com problemas a se tornarem instituições viáveis, conforme descrito no parágrafo 34 do MPEF de 20 de Maio de 2011.	Fim de Novembro de 2011	Não cumprido ¹	Salvaguardar a estabilidade macroeconómica e a solidez do sistema bancário.
O Ministro da Planificação e Desenvolvimento aprovará um Programa Integrado de Investimento, em consulta com o Comité de Coordenação de Projectos, conforme descrito no parágrafo 25 do MPEF de 20 de Maio de 2011.	Fim de Março de 2012	Cumprido	Aperfeiçoar a selecção de projectos de investimento público, com vistas a apoiar o crescimento económico.
O Banco de Moçambique publicará o seu primeiro relatório trimestral de política monetária, conforme descrito no parágrafo 11 do MPEF de 14 de Novembro de 2011.	Fim de Maio de 2012	Cumprido	Aumentar a transparência e a prestação de contas da política monetária, para melhor ancorar as expectativas de preços e facilitar a transição para um regime de metas de inflação.
O Governo concluirá a operacionalização do sistema e-Folha em todas as direcções provinciais, conforme descrito no parágrafo 19 do MPEF de 14 de Novembro de 2011.	Fim de Junho de 2012	Cumprido	Melhorar a planificação e a execução do orçamento e reforçar a gestão da folha salarial pelas autoridades.
O Ministério das Finanças colocará em pleno funcionamento a nova base de dados e número único do contribuinte, conforme descrito no parágrafo 23 do MPEF de 14 de Novembro de 2011.	Fim de Junho de 2012	Cumprido	Ajudar a criar espaço fiscal e apoiar os objectivos das autoridades em matéria de receitas.
O Governo encaminhará à Assembleia da República uma emenda à Lei do IRPC que retrata as medidas derivadas de um estudo de impacto sobre a equiparação do tratamento fiscal entre os BTs e as OTs e entre as operações com e sem garantia no MMI, com vigência a partir de 2013, conforme descrito no parágrafo 10 do MPEF de 14 de Novembro de 2011.	Fim de Setembro de 2012	Cumprido em Novembro	Aumentar a eficácia das operações do mercado monetário, desenvolver mercados financeiros internos e melhorar a liquidez dos títulos públicos.
O Ministro das Finanças aprovará um plano de acção com prazos definidos para a adopção de relatórios compatíveis com as Normas Contabilísticas Internacionais para o Sector Público (IPSAS), conforme descrito no parágrafo 19 do presente MPEF.	Fim de Outubro de 2012	Cumprido	Melhorar a divulgação de dados e a monitoria da execução orçamental.

¹ Convertido num indicador de referência estrutural para Março de 2013.

APÊNDICE I. CARTA DE INTENÇÕES

7 de Dezembro de 2012

Sra. Christine Lagarde
 Directora-Geral
 Fundo Monetário Internacional
 Washington, D.C. 20431
 E.U.A.

Senhora Directora-Geral:

O Governo de Moçambique vem, por este meio, solicitar a conclusão da quinta avaliação no âmbito do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI). Em apoio a este pedido, transmitimos em anexo o Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF), que passa em revista a implementação do nosso programa económico ao abrigo do PSI e define os objectivos e as políticas do governo a curto e médio prazos.

O objectivo do programa económico do governo é manter a estabilidade macroeconómica, promover o crescimento inclusivo através do investimento público e da promoção do emprego produtivo e reduzir a pobreza. O programa visa apoiar a implementação do Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARP) para 2011–14, formalmente adoptado pelo governo em Maio de 2011.

O governo acredita que as políticas delineadas no MPEF são suficientes para o alcance dos objectivos do programa PSI. Estamos prontos para tomar quaisquer medidas adicionais que venham a ser necessárias para alcançar os nossos objectivos em matéria de políticas. O governo consultará o FMI — por iniciativa própria ou sempre que solicitado pela Directora-Geral da instituição — sobre mudanças que venham a ser consideradas nas políticas contidas no MPEF anexo. O governo transmitirá ao FMI todas as informações de que este venha a necessitar para avaliar o progresso efectuado na implementação das políticas económicas e financeiras e no alcance dos objectivos do programa.

Com os melhores cumprimentos,

/s/

Manuel Chang
 Ministro das Finanças

/s/

Ernesto Gouveia Gove
 Governador
 Banco de Moçambique

Anexos: Memorando de Políticas Económicas e Financeiras
 Tabela actualizada do Memorando Técnico de Entendimento

ANEXO 1: MEMORANDO DE POLÍTICAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS (MPEF)

7 de Dezembro de 2012

I. INTRODUÇÃO

1. Este MPEF actualizado: i) descreve a evolução económica recente e o desempenho no âmbito do programa económico do governo ao abrigo do PSI trienal até à presente data e ii) pormenoriza as intenções em matéria de políticas económicas e estruturais. O presente memorando assenta sobre os MPEF subjacentes ao pedido inicial de um PSI para Moçambique, de Maio de 2010, e sobre as suas quatro avaliações anteriores, a última das quais foi concluída em Junho de 2012.

II. EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE E DESEMPENHO NO ÂMBITO DO PROGRAMA

2. **A economia moçambicana mantém uma solidez notável apesar da deterioração da conjuntura económica mundial.**

- Reflectindo o rápido início da produção e das exportações de carvão, o PIB real cresceu em 7.2 por cento no primeiro semestre de 2012. O sector extractivo foi o que mais cresceu, enquanto os sectores de transportes e comunicações também registaram bom desempenho, contrabalançando o menor crescimento da produção agrícola devido às doenças devastadoras que assolaram as plantações de coqueiros e cajú.
- A inflação homóloga recuou fortemente para 1.5 por cento em Outubro de 2012, a taxa mais baixa da SADC, após atingir o pico de 16.6 por cento no final de 2010. As expectativas inflacionárias foram contidas e a inflação subjacente (excluindo alimentos, transporte e energia) caiu de 8.4 por cento no final de 2010 para menos de 1 por cento em Outubro de 2012. Este resultado reflecte os efeitos desfasados do nosso aperto determinado à política monetária em 2011, os preços dos alimentos importados inferiores aos esperados e preços administrados estáveis.
- Houve um aumento do défice da conta corrente externa em 2011. Os dados são muito preliminares e estão a ser revistos para melhor captarem o elevado IDE e as respectivas importações, em especial o investimento na indústria do carvão. O aumento do défice da conta corrente também reflecte o impacto da queda nos preços do alumínio, o maior produto de exportação, compensada em parte pelo início das exportações de carvão e a estabilidade das exportações tradicionais. Os efeitos do aumento dos custos de importação de electricidade, dos problemas técnicos que reduziram as exportações de energia eléctrica e das doenças nas plantas que devastaram as exportações de castanha de caju foram menores.
- O forte IDE e os desembolsos da ajuda externa contribuíram para um nível de reservas internacionais acima do previsto.

3. Em geral, cumprimos com os objectivos básicos do nosso programa económico:

- Todas as metas quantitativas para o final de Junho de 2012 foram cumpridas, com a excepção do critério de avaliação (CA) sobre o crédito líquido ao governo e a meta indicativa sobre as receitas do governo. A última reflectiu a redução nas receitas aduaneiras devido a problemas técnicos com a introdução da janela única para facilitação do comércio. Com a execução da despesa a ser largamente cumprida, o crédito líquido ao governo (CLG) no final de Junho estava acima do previsto.
- O desempenho do programa foi reforçado até ao final de Setembro. A receita aduaneira está a recuperar desde Junho e a receita extraordinária do imposto sobre os ganhos de capital de cerca de 1¼ por cento do PIB (USD 176 milhões) sobre a venda de acções num grande projecto de gás entre particulares foi registada em Setembro. Como consequência, cumprimos todas as metas orçamentais do final de Setembro. Também foram cumpridas todas as metas monetárias até ao final de Setembro, uma vez que o Banco de Moçambique (BM) manteve o compromisso com o seu programa monetário.
- O governo tomou empréstimos não concessionais (ENC) para a reabilitação do aeroporto de Maputo e a construção do aeroporto de Nacala (USD 147 milhões) e da estrada circular de Maputo (USD 300 milhões com um elemento de concessionalidade de 34 por cento). Além disso, em Julho de 2012 contraímos um empréstimo de USD 682 milhões para a construção da estrada de ligação à fronteira com a África do Sul (Maputo-Ponta d'Ouro) e de uma ponte com portagem sobre a Baía de Maputo (Maputo-Katembe). Este projecto ajudará a descongestionar o trânsito na região de Maputo, desenvolver o turismo potencial do sul de Moçambique e melhorar o comércio com a África do Sul. Também contraímos um empréstimo de USD 250 milhões (elemento de concessionalidade de 34 por cento) em Setembro de 2012 para melhorias na qualidade do fornecimento de electricidade na região de Maputo. A nossa utilização de ENC desde 2009 no âmbito do PSI situa-se em USD 1,380 milhões no final de Setembro de 2012, sendo que o limite máximo do programa é de USD 1,500 milhões.
- Avançámos na implementação dos indicadores de referência estruturais do programa até Outubro de 2012: i) em Maio de 2012 o BM publicou o seu primeiro relatório trimestral de política monetária, cujo propósito é melhorar as comunicações e explicar as decisões em matéria de políticas; ii) em Junho de 2012 o governo concluiu a operacionalização do sistema electrónico de pagamentos salariais (e-FOLHA) para todas as 170 direcções provinciais; iii) a base de dados única do contribuinte foi desenvolvida em meados do ano e já iniciamos a sua implementação; iv) o Ministério dos Finanças (MF) aprovou um plano de acção com prazos definidos para a adopção de relatórios compatíveis com as IPSAS em Outubro de 2012; e v) uma emenda à Lei do IRPC que retrate a equiparação do tratamento fiscal entre os BTs e as OTs foi encaminhada à Assembleia em Novembro, com um atraso de dois meses, mas ainda assim permitindo a sua vigência a partir de 2013.

III. IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO PARA REDUÇÃO DA POBREZA (PARP)

4. **O governo está a avançar com a implementação do seu PARP 2011-14** para acelerar a redução da pobreza através de crescimento mais inclusivo. Os três objectivos gerais do PARP são:

- **Aumento da produção e produtividade na agricultura.** Tendo por base o nosso Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), tencionamos atingir um crescimento médio da produção agrícola de 7 por cento ao ano, dobrando-a até 2020, sobretudo através do aumento da produtividade e da expansão da área de cultivo. Ganhos de produtividade serão proporcionados pela promoção de técnicas agrárias melhoradas a mais de meio milhão de agricultores em 2013 e pelo aumento dos serviços de extensão a 12 por cento dos produtores agrícolas em 2013 e a 15 por cento em 2014. A contínua melhoria dos métodos de irrigação no sul (distrito de Chokwé, região do Limpopo) aumentará ainda mais a produtividade. O Conselho de Ministros (CM) aprovou um plano de investimento agrícola no dia 4 de Dezembro de 2012, que será distribuído aos doadores e investidores. O objectivo do plano é atrair investimento privado na ordem de USD 3.5 mil milhões nos próximos cinco anos e priorizar o investimento público em áreas rurais. O plano inclui medidas para reforçar o acesso dos produtores aos mercados, tais como a recuperação de estradas distritais (estradas rurais e sem classificação), a construção de silos de cereais, a criação de uma bolsa de produtos agrícolas em 2013 e iniciativas como o Corredor de Crescimento Agrícola da Beira, que busca expandir a irrigação e financiar empresas agrícolas em estágio inicial.
- **Criação de emprego.** Planeamos criar cerca de 200 mil novos empregos por ano nos sectores público e privado. Demos continuidade aos nossos esforços para estimular um ambiente que seja mais propício à actividade do sector privado. Com o apoio do Banco Mundial e a Corporação Financeira Internacional (CFI), concluímos o inventário inicial de todas as exigências de licenciamento em Novembro de 2012 e esperamos conseguir simplificar os procedimentos para as actividades comerciais e industriais até ao final de Março de 2013. Terminámos o projecto de lei que regulamenta os gabinetes de registo de crédito, que neste momento está em processo de consulta pública (ver §27). No final de Novembro a Assembleia aprovou a nova lei da concorrência e delegou ao governo poderes para decidir todas as matérias relativas a falências. O novo Plano Estratégico para a Melhoria do Ambiente de Negócios 2013-17 será submetido à apreciação do Conselho de Ministros até ao final de 2012. Também tencionamos lançar até ao final de Junho de 2013 o primeiro Observatório do Mercado de Trabalho, cujo objectivo é monitorizar os avanços no mercado de trabalho e a implementação das políticas laborais.
- **Desenvolvimento humano e social.** O governo está a avançar na melhoria do acesso e na qualidade dos serviços sociais e das infra-estruturas. Planeamos atingir a meta de 69 profissionais de saúde por 100 mil habitantes em 2014 (em relação aos 66 em 2012) através de recrutamento e formação e garantiremos que 80 por cento das crianças estarão vacinadas até ao final de 2014. Para cumprir a meta de 80 por cento de escolarização na primeira classe aos 6 anos de idade em 2014, iremos contratar 6,500 novos professores

para o ensino primário em 2013 e continuar a implementar programas voltados para a participação e a retenção de alunos na idade apropriada. Esperamos investir USD 333.2 milhões (10.5 mil milhões de meticais) em 2013 para melhorar o acesso a água, saneamento básico, electricidade, habitação e serviços de transporte urbano. Com o apoio da OIT, da UNICEF, do Banco Mundial e do FMI, estamos a fortalecer os nossos sistemas de protecção social (ver §17).

IV. POLÍTICAS MACROECONÓMICAS

A. Objectivos Económicos

5. A nossa expectativa é que as perspectivas de médio prazo para Moçambique continuem favoráveis, reflectindo a expansão do sector extractivo, porém a conjuntura económica mundial negativa constitui um factor de risco.

- Nos próximos cinco anos, o contributo da produção e das exportações de carvão, a implementação de grandes projectos de infra-estrutura, incluindo usinas de gás natural liquefeito, e o crescimento vigoroso em outros sectores deverão manter o crescimento económico em 7.5 por cento ao ano, em linha com os nossos objectivos.
- Na ausência de quaisquer choques inesperados nos preços externos, estamos confiantes que cumpriremos o nosso objectivo de inflação média (IPC) de cerca de 6 por cento durante o período.
- A curto prazo, a conjuntura externa negativa poderá provocar a redução do crescimento económico devido à moderação da procura externa e gerar pressões inflacionarias, caso aumentem os preços internacionais dos alimentos ou dos combustíveis.
- Não obstante, o défice da conta corrente externa (antes dos donativos) deverá apresentar uma ligeira melhoria este ano, apesar de se prever um aumento para 31 por cento do PIB em 2013, como reflexo do crescimento do investimento nos sectores extractivos e respectivas importações, bem como o aumento das importações de energia eléctrica. No final de 2011 a cobertura das importações contemporâneas (projectadas) pelas reservas ficou em 3.8 (3.3) meses, ou mais de 5 meses se excluirmos as importações dos megaprojectos. A previsão é que as reservas aumentem a médio prazo à medida que o investimento no sector carbonífero caia e as exportações de carvão aumentem.

B. Conjunto de Políticas Macroeconómicas

6. O governo tenciona manter um conjunto de políticas macroeconómicas prudente a médio prazo. As políticas fiscal e monetária estarão orientadas para a salvaguarda da estabilidade macroeconómica e da sustentabilidade da dívida, com ênfase no investimento e no desenvolvimento social, de modo a sustentar o crescimento económico elevado e inclusivo. Estamos a nos preparar para a gestão prudente das futuras receitas dos recursos naturais para acomodar uma aceleração temporária do investimento público nos próximos anos, reduzir o défice de infra-estruturas e apoiar os objectivos de desenvolvimento social e

humano do PARP. Embora esta orientação mantenha o défice orçamental global acima de 6 por cento do PIB na maior parte do período, o vigoroso esforço de arrecadação fiscal e contenção das despesas correntes limitarão o défice primário interno a cerca de 2 por cento do PIB. O apoio contínuo dos parceiros de desenvolvimento e um CLG moderado garantirão que o recurso ao financiamento bancário interno não excederá 1 por cento do PIB, proporcionando um amplo espaço para a expansão do crédito ao sector privado. A política monetária será acomodatória o suficiente para apoiar este objectivo, embora a sua meta primária seja manter a inflação em baixa. O aumento previsto na procura de moeda manterá a expansão da base monetária ligeiramente acima do crescimento do PIB nominal.

7. A nossa orientação de políticas para 2012 continuará a apoiar o crescimento económico. Depois do aperto na política monetária em 2011, as nossas políticas de apoio em 2012 ajudaram a sustentar o crescimento económico e a aumentar o crédito ao sector privado, aproveitando a ausência de pressões inflacionárias. Planeamos manter esta postura de política em 2013 para preservar a conjuntura de baixa inflação, sem deixar de assegurar o investimento público e facilitar a concessão de crédito ao sector privado.

8. O Governo tenciona implementar os seus planos de investimento em infra-estruturas tendo em devida conta a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida. Os investimentos prioritários até meados de 2013 exigem um aumento do limite programático para os ENC de USD 1.5 biliões para USD 1.6 biliões. Isto tornou-se necessário porque, no decorrer de negociações prolongadas, alguns empréstimos (no valor total de USD 550 milhões) ficaram ligeiramente abaixo do elemento de concessionalidade de 35 por cento exigido, apesar das suas condições não deixarem de ser muito favoráveis. Orientados pela recém-aprovada Estratégia de Dívida a Médio Prazo (EDMP), reavaliaremos as nossas necessidades de financiamento a médio prazo à luz das receitas dos recursos naturais projectadas, com vista a abrandar o ritmo de contracção de novas dívidas. Temos a intenção de avançar prudentemente e concentrar os novos empréstimos em investimentos em infra-estruturas de transporte e energia.

C. Políticas Monetária e Cambial

9. A política monetária continuará a apoiar o crescimento do crédito, preservando o nosso objectivo de inflação a médio prazo. Com base nos nossos bem-sucedidos esforços de desinflação em 2011, continuamos empenhados em manter a inflação (IPC) em cerca de 6 por cento no médio prazo. O nosso objectivo é um crescimento da base monetária ligeiramente acima do crescimento do PIB nominal de modo a apoiar o aprofundamento do sistema financeiro e a concessão de crédito à economia.

10. O reforço do quadro para as operações de política monetária continua a ser uma prioridade. Isto implica as seguintes medidas específicas:

- Monitoria das **contas do governo**. O BM e o MF continuarão a melhorar o intercâmbio atempado de informação, conforme previsto no nosso Memorando de Entendimento de 2011.

- **Desenvolvimento do mercado interno de operações repo para ajudar a melhorar a gestão do mercado monetário e a liquidez dos títulos públicos.** O BM está a permitir, desde Julho de 2012, a reutilização dos mesmos títulos em operações de *repo* e tornou todos os BTs elegíveis para as suas operações de *repo*. As planeadas alterações na plataforma electrónica (Módulo Meticalnet) do Mercado Monetário Interbancário (MMI) para que o BM aceite como garantia de operações de *repo* tanto os BTs por ele emitidos como as OTs emitidas pela bolsa foram adiadas para o final de Maio de 2013 na pendência de um estudo de impacto sobre a equiparação do tratamento fiscal, que acaba de ser concluído. Com o apoio da AT do FMI, também avalíamos o impacto de possíveis medidas para a equiparação do tratamento fiscal das operações com e sem colateral no mercado interbancário. Apresentamos em Novembro de 2012 uma emenda à Lei do IRPC que retrata essas medidas de equiparação (**indicador de referência estrutural**). Com o aconselhamento técnico do FMI, transformaremos a facilidade permanente de depósito numa operação de *repo* até ao final de Maio de 2013, de modo a deslocar a preferência do mercado de operações sem colateral para operações com colateral.

11. Foram obtidos avanços na formulação e implementação da política monetária, com o apoio da assistência técnica do FMI, de modo a criar as bases para um quadro de metas de inflação no médio a longo prazo. Em Maio de 2012, o BM começou a publicar o relatório trimestral de política monetária (**indicador de referência estrutural**) de forma a divulgar a política monetária pretendida com maior transparência. O segundo e o terceiro relatórios foram publicados em Julho e em Outubro de 2012, respectivamente. O BM continuará a melhorar a recolha e análise de dados, os modelos de previsão de inflação, a comunicação de perspectivas futuras, a previsão de liquidez a curto prazo e a reflectir este trabalho nas suas publicações.

12. Continuamos empenhados em manter um regime de taxa de câmbio flexível. O BM permitirá o livre ajustamento da taxa de câmbio à evolução do comércio e dos fluxos financeiros e continuará a monitorar de perto a evolução da taxa de câmbio efectiva real vis-à-vis a um cabaz de moedas, com vista a garantir a competitividade externa e um nível confortável de reservas internacionais.

13. As autoridades moçambicanas continuam empenhadas em cumprir as obrigações previstas nas Secções 2, 3 e 4 do Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI. O BM continuará a acompanhar a aplicação dos novos regulamentos cambiais e das suas normas de implementação, bem como o funcionamento do mercado cambial, com vista a evitar a ocorrência de práticas potencialmente incompatíveis com os princípios do Artigo VIII. Manteremos o corpo técnico do FMI informado acerca de quaisquer novos desenvolvimentos que possam vir a ferir estes princípios.

D. Política Fiscal

14. A política fiscal apoiará a busca do governo por um crescimento mais inclusivo no âmbito do PARP e a continuação da estabilidade macroeconómica. A Autoridade Tributária fará o possível para cumprir as ambiciosas metas de arrecadação tributária das leis

do orçamento de 2012 e 2013, com o auxílio de algumas medidas de arrecadação e, em 2012, da receita extraordinária do imposto sobre os ganhos de capital, que compensou amplamente a queda nas receitas aduaneiras. Iremos manter o programa de despesas que cobre as grandes necessidades de investimento e os objectivos de desenvolvimento social para prosseguir na agenda de transformação do país ao abrigo do PARP. Como consequência, o défice orçamental global deverá subir ligeiramente para 6,5 por cento do PIB em 2013, enquanto que o saldo primário interno subirá para 2¼ por cento do PIB e o CLG será mantido abaixo de ¾ por cento do PIB. A Lei Orgânica do Orçamento de 2013 inclui o contingenciamento de receitas.

15. A implementação da nossa política salarial continuará a apoiar as contratações de pessoal necessárias para os sectores prioritários do PARP, em linha com a sustentabilidade orçamental. A massa salarial prevista no orçamento de 2013 deverá manter-se em cerca de 10 por cento do PIB, o que em parte reflecte a contratação de pessoal em sectores prioritários, incluindo educação e saúde. Em linha com a nossa estratégia de 2009 para a massa salarial, permanecemos atentos à necessidade de assegurar uma massa salarial sustentável do ponto de vista orçamental e estamos, por isso, empenhados em desacelerar a descompressão da tabela salarial e o ritmo de contratações em áreas e instituições não prioritárias. Também continuaremos a reforçar o controlo da execução da massa salarial e concluiremos a operacionalização do sistema electrónico de folha de pagamentos (e-Folha) em todos os órgãos do governo central registados na base de dados integrada (e-CAF) até ao final de Maio de 2013 e, mais adiante, a todos os restantes órgãos (fora do e-Folha).

16. As despesas nos sectores prioritários do PARP continuarão a aumentar. O objectivo do governo é aumentar estas despesas de 73 biliões de meticais em 2012 para 89 biliões em 2013, ou de 55 para 58 por cento do total das despesas (excluindo os empréstimos líquidos). Estamos a alinhar a composição da despesa no orçamento com as prioridades de médio prazo do PARP (ver §18).

17. Estamos cientes do considerável custo directo e indirecto dos subsídios generalizados à energia e pretendemos reduzi-los gradualmente com base na sua sensibilidade social e política, reforçando os programas de protecção social para abranger as camadas mais pobres da população.

- **Subsídios aos produtos petrolíferos.** Em Outubro de 2012 o governo concluiu o pagamento dos subsídios aos combustíveis de 2011 devidos aos importadores. O aumento do preço do gasóleo usado em megaprojectos e por empreiteiros de obras públicas (desde Novembro de 2010) e a evolução dos preços das importações em 2012 reduziram as compensações às gasoleiras (a pagar em 2013). Por enquanto, continuamos a pagar subsídios separados aos operadores de mini-autocarros privados uma vez que eles prestam o grosso dos serviços de transporte público.
- **Tarifas de electricidade.** O último ajuste de tarifas ocorreu há dois anos, mas a situação financeira da empresa Electricidade de Moçambique (EDM) continua difícil. O governo reconhece a necessidade de assegurar a sua sustentabilidade, tanto para prosseguir com

a electrificação do país como para realizar novos investimentos, incluindo a mobilização do financiamento necessário. O governo está a negociar um novo contrato de desempenho com a EDM e também está a trabalhar no perdão parcial da dívida desta empresa. Por sua vez, a EDM está a preparar um estudo tarifário com o objectivo de retomar o ajuste gradual de tarifas, mantendo a subsídição cruzada para agregados familiares de baixos rendimentos.

- **Reforço da protecção social.** O governo continuará a financiar a expansão dos programas básicos de protecção social aprovados pelo Conselho de Ministros em Setembro de 2011, incluindo as transferências monetárias e os programas de obras públicas. As alocações do governo à protecção social no orçamento de 2013 aumentaram para cerca de 1.7 biliões de meticais (0.3 por cento do PIB). Continuaremos a aumentar as alocações orçamentais para 0.8 por cento do PIB até atingir cerca de 900 mil beneficiários e aumentar as transferências monetárias para o nível da linha de pobreza nos próximos anos. Estão a ser implementados programas piloto de obras públicas em duas autarquias (Maputo e Manjakaze) desde Julho de 2012 e em 10 distritos desde Agosto de 2012, abarcando cerca de 9,600 agregados familiares. O Ministério da Mulher e da Acção Social (MMAS) está a reforçar os seus procedimentos de afectação específica e sistemas de monitoria para a realização efectiva das transferências e um lançamento mais abrangente dos programas de obras públicas, com apoio do Banco Mundial, em meados de 2013. O governo está a trabalhar numa proposta para a criação de um fundo comum para a protecção social que será submetido à consulta dos parceiros de desenvolvimento em 2013.

V. REFORMAS ESTRUTURAIS

A. Gestão e Emissão de Relatórios das Finanças Públicas

18. Estamos empenhados em melhorar a abrangência, classificação, divulgação, monitoria e controlo da execução orçamental. As medidas descritas a seguir são fundamentais:

- **Alargar a cobertura e a integração do sistema orçamental.** No final de 2011 quase metade das 983 unidades gestoras beneficiárias (UGBs) existentes usavam o e-SISTAFE directamente, representando 84 por cento do orçamento do governo nesse ano. A operacionalização do e-SISTAFE será concluída em 2014, com a sua expansão a 70 unidades ao ano. O Plano de Acção Orçamental 2012-2014 inclui um plano de metas de inflação coerente com a Estratégia de Finanças Públicas 2011-25.
- **Melhorar a qualidade dos processos de gestão das finanças públicas.** Procuraremos introduzir o registo em tempo real das fases de cabimentação, verificação e pagamento do processo de despesas. Seguindo as recomendações da assistência técnica do FMI, quotas/tectos de cabimentação e pagamentos serão aprovados por unidade gestora executora (UGE) e o sistema de metas de inflação será ajustado para permitir o registo separado destas três fases no e-SISTAFE (actualmente todas as fases são registadas no momento do pagamento). Estas mudanças serão implementadas a começar pelo órgão que gere a dívida interna até Junho de 2013 e esperamos implantar o registo em tempo

real da cadeia de despesas para todas as UGE até Janeiro de 2014, com o objectivo final de abranger os níveis provincial e distrital.

- **Transição para relatórios compatíveis com as IPSAS.** Em Outubro de 2012, o governo aprovou um plano de acção para ajustar gradualmente o seu sistema contabilístico às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Sector Público (IPSAS). Isto inclui uma consulta pública sobre as alterações propostas até ao final de Agosto de 2013, a aprovação da Assembleia até ao final de 2013 e a posterior preparação dos sistemas contabilísticos para gerar directamente um relatório de execução orçamental de acordo com as IPSAS.
- **Melhorar a classificação orçamental.** Estamos a trabalhar no mapeamento das despesas prioritárias de acordo com os objectivos gerais do PARP através de uma classificação orçamental mais pormenorizada por programas de despesas, que esperamos concluir em meados de 2013 para o orçamento de 2014. Um passo intermédio para 2013 será a introdução da classificação económica das despesas e uma classificação mais pormenorizada das unidades de despesas no nosso sistema contabilístico.

B. Planificação do Investimento e Gestão da Dívida

19. O governo dará prioridade à modernização dos seus procedimentos de gestão da dívida e planificação do investimento. As áreas prioritárias são as seguintes:

- **Reforçar a planificação do investimento.** Com base em comentários do FMI e do Banco Mundial, elaborámos um Plano Integrado de Investimentos (PII) revisto que define a nossa visão estratégica das prioridades em termos de investimentos, descreve os procedimentos de selecção e apresenta a nossa actual avaliação de uma lista de projectos altamente prioritários. O PII será encaminhado ao Conselho de Ministros até ao final de 2012.
- **Reforçar os instrumentos de selecção de projectos.** Com a assistência técnica do Banco Mundial, preparamos um Manual de Elaboração de Projectos provisório em Junho de 2012, que actualmente está a ser revisto e simplificado. O manual inclui um modelo de avaliação de projectos para focalizar melhor as informações prestadas pelos ministérios ao Comité de Coordenação de Projectos (CCP). A nossa intenção é ter o manual e o modelo aprovados até ao final de 2012 para que sejam usados sistematicamente pelo CCP a partir de 2013.
- **Melhorar a gestão da dívida.** O Conselho de Ministros aprovou a EDMP melhorada em Setembro de 2012. Esta estratégia será redefinida de modo a reflectir a evolução das circunstâncias e análise adicional. O Ministro das Finanças aprovou em Setembro de 2012 um Manual de Procedimentos Operacionais destinado a melhorar a qualidade dos dados e a gestão do serviço da dívida do país, bem como garantir uma análise de alta qualidade das propostas de financiamento. A nossa terceira ASD deverá ser finalizada até ao final de 2012. No último trimestre de 2011 foi iniciada a publicação de relatórios trimestrais sobre a evolução da dívida pública e dívida com garantia pública e a

contração de empréstimos; a partir de Dezembro de 2012, estes relatórios incluirão indicadores de custos e riscos e ligações ao orçamento e aos cenários da EDMP.

- **Conclusão do primeiro Plano Anual de Endividamento Interno para 2013.** Tendo como base a EDMP, estamos a elaborar o primeiro plano anual de endividamento interno para 2013, a publicar no final de Janeiro de 2013 (**indicador de referência estrutural**). O plano contribuirá para a melhoria da planificação interna e da comunicação com o mercado, de modo a reduzir o possível custo de emissão de dívida a longo prazo. Este plano incluirá projecções trimestrais de financiamento e amortização e será coerente com as necessidades anuais de financiamento e os fluxos de caixa projectados.
- **Comités Consultivos de Investimento e Dívida.** O Comité de Gestão da Dívida (CGD) e o CCP têm mantido reuniões regulares. O CCP deu orientações sobre a elaboração do PII e todos os documentos de selecção de projectos, além de emitir relatórios de síntese para o Ministro da Planificação e Desenvolvimento e o Conselho de Investimento. As autoridades estão a reforçar a sua capacidade técnica na análise de projectos e irão avaliar o impacto social e económico dos projectos apresentados ao Conselho de Ministros tendo em conta o PII, a ASD, a EDMP e o Plano Anual de Endividamento. O CGD também providenciou orientações para a melhoria da EDMP e a elaboração da ASD e de outros documentos de gestão da dívida. O Ministério da Planificação e Desenvolvimento publicará avaliações resumidas dos projectos e respectivo financiamento depois da sua aprovação pelo Conselho de Ministros.

C. Política e Administração Tributárias

20. Prosseguiremos com esforços de mobilização de mais receitas, tendo simultaneamente como objectivo tornar o regime fiscal mais favorável às empresas. A incidência será em aperfeiçoamentos da política fiscal e na adopção de práticas modernas de administração tributária.

- **Assegurar o reembolso imediato do IVA pago a montante.** Estamos preocupados com a acumulação de reembolsos de IVA pendentes (pedidos de reembolso atrasados e pendentes). Comprometemo-nos, portanto, a priorizar o uso da receita arrecadada em 2012 que exceda as metas orçamentais para reduzir o stock de reembolsos pendentes. Embora a afectação dos reembolsos de IVA no orçamento de 2013 continue sujeita a restrições, iremos agilizar o processamento dos novos pedidos de reembolso. Iremos solicitar assistência técnica e preparar um estudo para otimizar a implementação do IVA até ao final de Maio de 2013 e pretendemos encaminhar à Assembleia, se necessário, um emenda ao código do IVA para que o registo da receita do IVA seja efectuada com base no montante líquido e não no bruto.
- **Implementação da base de dados única de contribuintes.** Está prevista a operacionalização da base de dados única de contribuintes nas três unidades de grandes contribuintes do país (Maputo, Beira e Nampula) até ao final de 2012, cobrindo 90 por cento dos grandes contribuintes. Espera-se que estejam inscritas na base de dados cerca

de 20 por cento das pessoas singulares em todo o país até Junho de 2013 e 80 por cento de todos os contribuintes até ao final de 2013.

- **Aumento da eficiência no pagamento de impostos.** Estamos a desenvolver um novo sistema fiscal electrónico (e-Tributação) para estimular o pagamento de impostos via bancos. Até ao final de 2012 serão elaborados planos de implementação para o IVA e o ISPC, e as funcionalidades informáticas do e-Tributação piloto destes dois impostos serão desenvolvidas até Setembro de 2013. O e-Tributação para o IRPC e o IRPS deverá ser introduzido posteriormente, até Julho de 2014.
- **Reforço das Unidades de Grandes Contribuintes (UGC e DCAT).** Procedimentos de gestão moderna continuarão a ser reforçados com a afectação de gestores às unidades de grandes contribuintes para as UGC-DCAT e a formação de pessoal com vista a criar capacidade técnica ao longo do tempo em matéria de recursos naturais e sectores estratégicos. Estes gestores tornarão possível a realização de auditorias específicas e ajudarão a melhorar as projecções de receitas, com o acesso a um sistema de informação dedicado que funcionará numa unidade piloto em Maputo até ao final de 2012 e estará totalmente operacional em todas as UGC no final de 2013. A arrecadação das UGC deverá aumentar de 52 por cento da arrecadação total em 2011 para 58 por cento em 2012, 63 por cento em 2013 e 70 por cento em 2014.
- **Racionalização da política tributária.** O governo irá, em consulta com representantes do sector privado: i) avaliar a possibilidade de eliminar os regimes tributários simplificados (para o IVA, o IRPS e o IRPC) e manter apenas o ISPC até ao final de 2013 e ii) rever o ISPC, incluindo a taxa *ad valorem*, a taxa anual única e o patamar para a tributação *ad valorem*. Esperamos que estas medidas melhorem a transparência, liberem recursos da administração tributária para que ela se concentre nos grandes contribuintes e reduzam consideravelmente a fraude.

D. Melhoria da Gestão dos Recursos Naturais

21. Moçambique passou a cumprir integralmente as normas da EITI. Com base nas medidas tomadas relativamente ao cumprimento e à implementação de recomendações anteriores, em Julho de 2012 o Conselho da EITI isentou-nos de um segundo processo completo de validação e nós apresentámos ao Secretariado da EITI o segundo relatório de reconciliação, de Março de 2012. No dia 26 de Outubro de 2012, o Secretariado da EITI declarou Moçambique totalmente em conformidade com as exigências da Iniciativa. Manteremos os nossos esforços para implementar um quadro de melhores práticas que aumente a transparência no sector de recursos naturais.

22. O aperfeiçoamento do regime de tributação das empresas mineiras e de hidrocarbonetos é uma prioridade.

- **Legislação de minas e petróleo.** O projecto de emenda das leis de minas e do petróleo foi apresentado ao Conselho de Ministros em Setembro de 2012 e deve ser encaminhado à Assembleia no início de 2013. As emendas das leis de minas e do petróleo criarão o quadro regulamentar para o GNL.

- **Aperfeiçoar o regime de tributação dos sectores mineiro e de hidrocarbonetos.** Com a assistência técnica substancial do FMI ao abrigo do *Fundo Fiduciário Específico para a Gestão da Riqueza dos Recursos Naturais* (TTF-MNRW, na sigla original em inglês) estamos a revisar a legislação tributária nesta área para que uma parcela apropriada dos benefícios dos mais recentes projectos seja capturada pelo país, sem que este deixe de ser uma opção atraente como destino do investimento. Pretendemos conciliar, sempre que possível, todos as principais condições fiscais para futuros projectos de minas e petróleo e clarificar as actuais regras jurídicas para estes sectores. Os projectos de lei já foram concluídos e tencionamos discuti-los com as partes interessadas locais até ao final de 2012. A nossa intenção é encaminhar a legislação revista à Assembleia o mais cedo possível.
- **Atenuação dos preços de transferência.** Estamos empenhados em instituir procedimentos modernos, como as regras sobre acordos prévios em matéria de preços e resolução de disputas, aplicando preços de referência internacionais e definindo os métodos a seguir para o ajuste dos rendimentos tributáveis. Para tal, será elaborado um plano de acção para este processo de longo prazo assim que a legislação acima citada seja aprovada pela Assembleia.

23. A nossa capacidade técnica e institucional para gerir os recursos naturais será gradualmente reforçada, com o apoio dos nossos parceiros. Pretendemos fazer o melhor uso do fluxo de receitas de recursos potenciais a médio prazo para promover o crescimento inclusivo e manter a estabilidade macroeconómica. Para o efeito, e com a assistência técnica ao abrigo do TTF-MNRW, iremos reforçar o nosso quadro orçamental e preparar-nos para os novos grandes desafios macro-orçamentais, incluindo a gestão da volatilidade da receita, a garantia da sustentabilidade a longo prazo e a preparação para a exaustão dos recursos. Tencionamos melhorar a qualidade das projecções de receita e de despesa e a análise da política fiscal no orçamento e outros documentos sobre políticas. Também procuraremos o apoio da assistência técnica do FMI ao abrigo do TTF-MNRW para melhorar as nossas estatísticas sobre recursos naturais em 2013.

E. Gestão das Empresas Públicas

24. De forma a actualizar o quadro jurídico das empresas públicas de acordo com as prioridades económicas do governo, uma nova Lei das Empresas Públicas foi aprovada pela Assembleia da República em Fevereiro de 2012, e o seu regulamento está em elaboração. O objectivo da nova lei é promover, melhorar, consolidar e monitorizar de modo contínuo as operações das empresas públicas, permitindo o uso eficiente dos recursos, a arrecadação de receitas através de dividendos e a minimização dos riscos orçamentais. O Ministério das Finanças supervisiona as operações financeiras das empresas públicas e tenciona preparar um relatório anual sobre os seus resultados financeiros.

F. Quadro de Boa Governação

25. O governo está empenhado em implementar a nova legislação de combate à corrupção. A Assembleia da República aprovou três das cinco leis propostas pelo governo como parte do seu pacote de combate à corrupção, nomeadamente: i) a Lei da Probidade

Pública; ii) a Lei de Protecção de Testemunhas; e iii) as emendas à Lei Orgânica do Ministério Público e à Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais. A aprovação parlamentar das outras duas leis, designadamente, i) o Código Penal revisto e consolidado e ii) o Código do Processo Penal revisto, está a ser mais demorada que o previsto dada a sua complexidade e a necessidade de discussões aprofundadas. Não obstante, iremos preparar um plano de acção com a devida orçamentação e prazos de implementação, que incluirá todas as reformas institucionais necessárias para a plena aplicação do pacote de leis de combate à corrupção até Março de 2013.

VI. POLÍTICAS DO SECTOR FINANCEIRO

A. Supervisão do Sector Financeiro

26. O BM continua a intensificar a supervisão do sector financeiro face a uma difícil conjuntura mundial. O BM mantém o foco nas seguintes medidas:

- **Reforço da supervisão.** Com a assistência técnica do FMI, o BM está a melhorar a sua capacidade de realização de testes de stress, que serão usados por uma equipa designada para o efeito como processo de supervisão mensal a partir do início de 2013. Neste contexto, o regulamento relativo à contabilidade dos empréstimos mal parados está a ser revisto para que seja comparável internacionalmente. As autoridades também estão determinadas a reestruturar a Central de Registo de Créditos, que é um instrumento essencial para monitorizar o risco de crédito dos bancos, e a realizar testes de stress significativos. Com base nos resultados dos testes de stress, o BM também irá rever, antes do final de Junho de 2013, o seu regulamento sobre limites de concentração, incluindo as aplicações dos bancos no estrangeiro, e alterar os relatórios exigidos em conformidade. Contamos obter o apoio técnico do FMI antes da conclusão destas mudanças de regulamentação. Ao longo do processo de migração para as normas de Basileia II, que deverá ser concluído em 2014, serão tomadas novas medidas para aperfeiçoar a supervisão bancária baseada no risco. As autoridades também tencionam concluir a sua plena conformidade com os Princípios de Basileia.
- **Conclusão do plano de contingência do sector financeiro.** As autoridades estão a ajustar o plano de modo a incorporar algumas das recomendações da missão de AT do FMI de Março de 2012, especialmente no que diz respeito aos módulos sobre a assistência de liquidez de emergência e a resolução bancária. Contamos obter o apoio técnico do FMI antes da conclusão destes regulamentos e prevemos que o plano esteja operacional até ao final de Março de 2013 (**indicador de referência estrutural**).
- **Operacionalização do Fundo de Garantia de Depósitos.** Foram tomadas medidas importantes para que este fundo passe a ser parte integrante do nosso quadro de salvaguarda da estabilidade do sector financeiro. Garantimos financiamento do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) como contributo para o funcionamento inicial do fundo e aproveitámos as recomendações deste órgão sobre algumas questões normativas e operacionais deste tipo de fundo. O MF nomeará os três membros do Conselho de Administração do FGD até ao final de 2012 e esperamos que o fundo esteja em pleno funcionamento até ao final de Abril de 2013.

B. Desenvolvimento do Sector Financeiro

27. Iremos intensificar os esforços para melhorar a inclusão financeira como parte da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro de Moçambique para 2012-21.

Após um prolongado e minucioso processo de revisão, será submetido ao Conselho de Ministros um projecto de Estratégia para aprovação até ao final de 2012 (**indicador de referência estrutural**). Com o apoio do Banco Mundial e outros parceiros, logo depois será realizado um workshop para o lançamento da Estratégia e para assegurar o financiamento da sua implementação. Um dos objectivos da Estratégia é aumentar o acesso ao financiamento eliminando barreiras estruturais da economia à intermediação financeira, que limitam o número de clientes solventes e aumentam os custos e os riscos da concessão de crédito e dos serviços financeiros. As principais prioridades nestas áreas incluem:

- **Criação de gabinetes de registo de crédito.** O BM redigiu uma lei para a criação de gabinetes privados de registo de crédito para colher informações sobre mutuários actuais/passados; o seu objectivo é reduzir o custo da informação e melhorar o acesso ao financiamento bancário. O projecto de lei passou por um processo de consulta pública e o BM encaminhou-o ao MF em Novembro de 2012. A apresentação ao Conselho de Ministros está prevista para o final de Março de 2013.
- **Estímulo à concorrência bancária.** A concorrência no sector bancário será fomentada através: i) da criação de leis e regulamentos de combate a práticas anti-concorrenciais, ii) do estímulo à tarifas transparentes dos serviços financeiros para que os consumidores possam comparar custos e iii) da introdução do acesso *on-line*, de baixo custo, a dossiers de crédito. Será elaborado um quadro de protecção ao consumidor e a sensibilização pública aumentará a consciencialização financeira, para que consumidores (incluindo PME) utilizem melhor os serviços financeiros disponíveis; para estimular a concorrência e a inovação entre os prestadores de serviços financeiros; e para oferecer aos consumidores protecção razoável contra práticas comerciais desleais, garantindo a solidez das instituições financeiras.

C. Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo

28. O quadro de CBC/FT está a ser melhorado. O MF instituiu, presidiu e nomeou os membros do Grupo Técnico CBC/FT de alto nível em Dezembro de 2011. A Lei de CBC/FT foi aprovada pelo Conselho de Ministros e formalmente apresentada à Assembleia da República em 19 de Abril de 2012. As autoridades consideram a aprovação deste pacote completo de legislação e respectivos regulamentos uma alta prioridade. É preciso avaliar se os recursos humanos e financeiros disponíveis são suficientes para os diversos departamentos e agências com alguma função no regime de CBC/FT e buscaremos assistência técnica adicional junto ao FMI e outros órgãos para nos ajudarem a redigir as leis e introduzir as reformas institucionais específicas para a implementação integral da Norma GAFI revista.

D. Sistema de Pagamentos

29. O BM continuará a reforçar a estabilidade financeira e a estimular o desenvolvimento do mercado através de reformas no sistema de pagamentos. Isto será

alcançado sobretudo através de aperfeiçoamentos nas práticas de supervisão do BM e do desenvolvimento de sistemas de pagamentos a retalho.

- **Aperfeiçoar as práticas de supervisão do BM.** Com base na assistência técnica do FMI, o BM aprovou a estratégia de política de supervisão do sistema de pagamentos em Março de 2012 e concluirá e implementará uma função de supervisão até ao final de Junho de 2013. As principais medidas serão: i) a implementação de um manual interno de supervisão e ii) a criação e implementação de uma unidade de supervisão. O regulamento revisto do sistema de compensação electrónica de cheques também será aprovado e publicado até ao final de Junho de 2013.
- **Desenvolver a rede de pagamentos a retalho partilhada pelo BM e pelos bancos comerciais.** Na sequência da criação da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) em Junho de 2011, está em progresso a fase piloto da interoperabilidade da rede de cartões. Esperamos que a plataforma cubra os principais bancos e processe as transacções a retalho e outros serviços interbancários até ao final de Junho de 2013.

VII. MONITORIA DO PROGRAMA

30. A Tabela 1 apresenta as modificações propostas nos critérios de avaliação quantitativos, uma meta indicativa para o final de Dezembro de 2012 e as metas trimestrais indicativas para 2013. A Tabela 2 contém uma lista de indicadores de referência estruturais propostos. Espera-se que a sexta e última revisão do PSI seja concluída até 13 de Junho de 2013.

Tabela 1. Moçambique: Critérios de Avaliação Quantitativos e Metas Indicativas ¹
(Em milhões de MT, salvo indicação em contrário)

	2013													
	Fim de Junho				Fim de Set.				Fim de Dez.		Fim de Março	Fim de Junho	Fim de Set.	Fim de Dez.
	Critérios de avaliação			Situação	Meta indicativa		Situação	Critérios de avaliação		Meta indicativa				
	Prog.	Ajust.	Efect.		Prog.	Efect.		Prog.	Prop.	Prop.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Critérios de avaliação para o final de Junho/Dezembro														
Crédito líquido ao governo (tecto cumulativo)	-2.645	112	1.900	NC	-745	-1.248	C	2.500	52	517	-3.432	-5.184	2.763	
Stock da base monetária (tecto)	36.923	36.580	33.350	C	37.031	35.975	C	39.985	39.264	36.495	40.187	43.207	46.490	
Stock de reservas internacionais líquidas do BM (piso, milhões de USD)	2.207	2.107	2.282	C	2.323	2.693	C	2.438	2.530	2.544	2.595	2.681	2.685	
Nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central, pelo BM ou por estatais seleccionadas com vencimento igual ou superior a um ano (tecto cumulativo durante a vigência do programa, milhões de USD)	1.500	1.500	1.129	C	1.500	1.379	C	1.500	2.100	2.100	2.100	
Stock da dívida externa pública de curto prazo (tecto)	0	0	0	C	0	0	C	0	0	0	0	0	0	
Atrasados de pagamentos externos (tecto, milhões de USD)	0	0	0	C	0	0	C	0	0	0	0	0	0	
Metas indicativas														
Receita pública (piso cumulativo)	45.256	45.256	43.567	NC	69.687	73.619	C	94.568	99.043	23.656	53.224	81.989	111.762	
Despesas prioritárias (piso cumulativo)	24.500	24.500	25.136	C	35.934	72.563	72.563	10.797	28.792	49.486	89.975	

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ As definições dos factores de ajuste são apresentadas na secção "Monitoria do Programa" do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras e do Memorando Técnico de Entendimento.

Tabela 2. Moçambique: Indicadores de Referência Estruturais do PSI

Indicadores de Referência Estruturais	Data prevista de implementação
O Ministério das Finanças apresentará ao Conselho de Ministros a proposta da Estratégia de Desenvolvimento do Sector Financeiro, conforme descrito no §26 deste MPEF.	Fim de Dezembro de 2012
O Banco de Moçambique concluirá o projecto do plano de contingência do sector financeiro, conforme descrito no §25 deste MPEF.	Fim de Março de 2013
O governo adoptará um Plano Anual de Endividamento para 2013, conforme descrito no §20 no MPEF datado de 10 de Maio de 2012.	Fim de Janeiro de 2013

ANEXO 2: MEMORANDO TÉCNICO DE ENTENDIMENTO

7 de Dezembro de 2012

O Memorando Técnico de Entendimento (MTE) de 10 de Maio de 2012 permanece válido com as seguintes duas modificações.

- 1.** No final do parágrafo 17 sobre o crédito líquido ao governo, foi acrescentado um novo item:
 - O limite máximo do CLG para o final de Dezembro de 2012 será ajustado para cima (até 1.5 biliões de meticais) para cobrir os reembolsos do IVA superiores à afectação orçamental (de 3.5 biliões de meticais), e está reflectido na redução (até ao final de Dezembro de 2012) no stock de reembolsos do IVA pendentes abaixo do nível de 1,009 milhões de meticais de 29/10/2012.
- 2.** A Tabela 1 sobre a assistência externa líquida ao governo foi actualizada.

Tabela 1 do MTE. Moçambique: Assistência Externa Líquida, 2012-13

	2012				2013			
	T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4
	Efect.	Efect.	Prel.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Assistência externa líquida ao programa (milhões de USD)	90	114	126	-7	159	102	156	-4
Assistência externa bruta ao programa	118	141	153	21	187	129	184	23
Donativos para programas	118	32	123	21	137	79	44	23
Empréstimos para programas	0	109	30	0	50	50	140	0
Serviço da dívida externa	27	27	27	27	28	28	28	28
Assistência externa líquida acumulada ao programa, em USD	90	204	330	324	159	261	418	413
Assistência externa bruta ao programa	118	259	412	433	187	316	500	524
Serviço da dívida externa	27	54	82	109	28	55	83	110
Assistência externa líquida ao programa (milhões de USD)	2.444	3.138	3.591	-224	4.581	2.883	4.649	-331
Assistência externa bruta ao programa	3.221	3.946	4.398	610	5.581	3.931	5.677	730
Donativos para programas	3.221	900	3.532	610	4.088	2.413	1.347	730
Empréstimos para programas	0	3.046	866	0	1.492	1.518	4.330	0
Serviço da dívida externa	777	808	807	834	1.000	1.048	1.029	1.061
Assistência ext. líq. acumulada ao progr., em milhões de MT	2.444	5.582	9.172	8.949	4.581	7.463	12.112	11.781
Assistência externa bruta ao programa	3.221	7.167	11.565	12.175	5.581	9.512	15.189	15.919
Serviço da dívida externa	777	1.585	2.392	3.226	1.000	2.049	3.077	4.138
Stock da moeda em circulação (milhões de MT)	18.748	21.604	23.079	27.667	23.552	27.188	28.991	32.393
Stock da moeda em circulação (milhões de MT), def. do prog.	18.634	20.763	22.430	26.743	23.408	26.130	28.176	31.312

Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas do corpo técnico do FMI.

Anexo 1: Balança de Pagamentos – Revisões de dados e projecções actualizadas

As quatro secções deste anexo trazem pormenores das quatro principais alterações na balança de pagamentos de Moçambique realizadas durante a presente avaliação de programa, nomeadamente: i) revisões consideráveis dos dados históricos de 2010-11, ii) aperfeiçoamentos nas projecções para o sector carbonífero, iii) actualizações do endividamento público e dos fluxos de ajuda e iv) incorporação do investimento actual no sector emergente de gás natural liquefeito (GNL), que afecta tanto os dados históricos como as projecções. A descrição das primeiras três secções refere-se aos montantes da conta corrente excluindo o investimento no sector de GNL (Tabela A1 do Anexo) de forma a garantir a comparabilidade com as projecções anteriores. Caso contrário, estas revisões seriam facilmente perdidas devido à dimensão das actividades relacionadas ao GNL (Figura A1 do Anexo).

i) Revisões dos dados históricos de 2010-11

Desde à quarta avaliação do programa, o défice da conta corrente de 2011 (após donativos) foi revisto em alta.

- Em 2011, de USD 1.7 biliões (13.1 por cento do PIB) para USD 2.4 biliões (19,4 por cento). Isto deve-se às revisões em alta em USD 1.2 biliões das importações, superando em USD 340 milhões as revisões em alta das exportações. Na conta financeira, esta alteração levou, sobretudo, ao aumento de erros e omissões.¹
- Estas revisões dos dados comerciais para 2011 não tiveram origem directa nos megaprojectos, apesar de a duplicação das importações de bens de investimento na economia tradicional estar, provavelmente, relacionada com subcontractações dos megaprojectos. As importações de electricidade também duplicaram porque a procura interna superou a quota de produção nacional da hidroeléctrica de Cahora Bassa nas horas de ponta — uma tendência que deve continuar nos próximos anos até que se amplie a capacidade de produção.² As importações de automóveis e cereais também duplicaram, estas últimas motivadas, em parte, pelo início das operações de uma moagem de cereais; há também outras exportações menores mas em rápida expansão, como madeira e bananas.

ii) Aperfeiçoamento das projecções para o sector carbonífero

Os planos de desenvolvimento do sector tornaram-se mais concretos com a resolução dos problemas de transporte através da reabilitação da linha de Sena e a construção da nova linha férrea de Nacala.

¹ Os dados de 2011 ainda são provisórios e estão a ser apurados pelo Banco de Moçambique.

² Está previsto que o valor das importações de electricidade triplique para cerca de USD 1 bilião em 2017 considerando-se que a planeada barragem de Mphanda Nkuwa e a linha principal de transmissão norte-sul só começarão a funcionar após esta data. As autoridades estão actualmente em processo de identificação de investidores para estes projectos, que exigem investimentos de cerca de USD 2-2¼biliões e USD 1¾ biliões, respectivamente.

Linha de Sena. A reabilitação desta linha entre Tete e o porto da Beira deverá ser concluída no fim do ano com recurso ao IDE e duplicará a capacidade de exportação de carvão para 6 milhões de toneladas a partir de 2013. Todavia, com a queda dos preços mundiais, o valor das exportações de carvão deverá aumentar apenas 2 pontos percentuais, para 6 por cento do PIB em 2013.

Linha de Nacala. Uma das principais empresas mineiras está pronta para começar a construção do corredor este-oeste da linha de Nacala em 2013, incluindo uma linha férrea (passando por Malawi) e um novo porto de carvão, com as primeiras exportações previstas para meados de 2016. A maior parte dos USD 2.8 biliões do investimento directo necessário deverá ser realizada até essa data.³ Após a sua abertura, a linha deverá aumentar a capacidade de exportação de carvão para 11 milhões de toneladas ao ano, aumentando para 18 milhões ao ano à medida que novas reabilitações forem sendo concluídas no período 2016-18. Para além disso, há planos para o investimento na expansão das minas de carvão no valor de USD 2 biliões, sobretudo até 2016, e a construção de uma central eléctrica a carvão de USD 0.5-1 bilião. Juntos, estes investimentos devem contribuir para a entrada de IDE no valor de USD 1-1¼ biliões ao ano no período 2013-16, a maioria do qual terá como efeito o aumento das importações,⁴ mantendo o défice da conta corrente na faixa de 18-19 por cento do PIB no período 2013-15. Prevê-se que esta tendência seja invertida a partir de então com o início das operações do corredor de Nacala.⁵ Até 2017, as exportações de carvão poderão representar 11.5-12 por cento do PIB, considerando-se as actuais projecções de preço.

Riscos. Estas projecções envolvem riscos e incertezas consideráveis. Os planos de desenvolvimento do corredor de Nacala exigem aprovações do governo, estão sujeitos à influência dos preços mundiais do carvão e podem ser ajustados positiva ou negativamente em certa medida. Existem alguns riscos positivos para o investimento numa linha férrea adicional pelo segundo maior operador de minas de carvão. Este investimento potencial, que não faz parte da actual projecção, pode ser realizado caso se firme um acordo sobre outro corredor de transporte e a evolução dos preços mundiais do carvão seja favorável.

iii) Actualizações do endividamento público e dos fluxos de ajuda

Fluxos de empréstimos. Apesar da provável redução do endividamento externo líquido do sector público em 2012 em relação ao previsto, ele deverá ser superior às projecções no futuro – cerca de USD 300 milhões em 2014, USD \$200 milhões em 2015 e USD 140 milhões em 2016. Isto reflecte os desembolsos previstos de empréstimos recém-contraídos para grandes projectos de infra-estrutura. Para além disso, foi considerado um pacote completo de empréstimos que está em vias de ser concluído ou em estágios finais de negociação. A contracção de empréstimos

³ Também haverá um investimento adicional de USD 1.2 biliões no troço do corredor ferroviário no Malawi.

⁴ Por conta destes investimentos, também houve importação de mão-de-obra estrangeira e as remessas de trabalhadores aumentaram no passado recente e deverão duplicar para USD 175 milhões até 2017.

⁵ A dimensão desta inversão é atenuada em parte pelo pressuposto de que a partir de 2016 estas empresas mineiras repatriarão grande parte dos seus lucros como dividendos.

deve sofrer forte queda posteriormente.⁶ Estes novos empréstimos também sugerem que a amortização da dívida pública externa deverá aumentar bastante, de menos de USD 50 milhões em 2011 para USD 250 milhões até 2017.

Evolução da ajuda externa. O influxo bruto de ajuda externa deverá situar-se em cerca de USD 1,350 milhões em 2012, USD 200 milhões a menos que em 2011 devido a redução dos donativos. Estes fluxos deverão ser recuperados no futuro e atingir a faixa dos USD 1.5 biliões no período 2013-16, devido sobretudo ao facto de que parte considerável dos mencionados empréstimos será contraída em condições concessionais. No que respeita aos donativos, os compromissos dos doadores apontam para uma estabilização em 2013, mas as projecções posteriores prevêem um declínio gradual em termos nominais, à medida que as previsões de receitas dos recursos naturais se concretizem.

iv) Incorporação do sector emergente de GNL

Prospecção. O investimento directo estrangeiro na prospecção de gás natural em Moçambique começou em 2010.⁷ O Banco de Moçambique está a trabalhar actualmente na integração completa de informações sobre este sector nas suas estatísticas da balança de pagamentos. Entretanto, o corpo técnico acrescentou aos dados de BdP existentes informações obtidas dos operadores de GNL para evitar uma quebra estrutural das projecções. Estas informações indicam que o IDE no sector foi de USD 500 milhões em 2010 e USD 800 milhões em 2011 e reflecte a importação de equipamento e pessoal especializado, um pressuposto que é mantido nas projecções. A incorporação do sector de GNL aumenta o défice da conta corrente tanto em 2010 como em 2011 em cerca de 6 por cento do PIB (Tabela 5) em relação ao défice excluindo o GNL (Tabela A1 do Anexo). A actividade de prospecção financiada por IDE está actualmente no seu pico e deverá atingir 8½ por cento do PIB tanto em 2012 como em 2013. A conclusão da actividade de prospecção está prevista para 2013.

Calendário da usina de GNL. Em Outubro foi fechado o contrato preliminar sobre a futura localização da usina de GNL necessária para processar o gás natural para exportação. Com numerosas questões e autorizações ainda por resolver, o corpo técnico neste momento projecta que a construção da usina poderá começar em 2014, com a preparação do sítio e construção da infra-estrutura inicial do porto, e ser concluída em 2019. Como ainda subsistem incertezas em relação ao tamanho da usina, a projecção pressupõe uma usina de dimensão moderada, formada por quatro unidades (ou "conjuntos paralelos").⁸ O custo presumido é de USD 24 biliões, incluindo a preparação do sítio e outras infra-estruturas. A projecção pressupõe que serão investidos USD 4 biliões por ano entre 2014 e 2019 e que todos os conteúdos serão importados. Isto elevaria o défice da conta corrente para além dos 40 por cento do PIB nos primeiros anos.

⁶ O endividamento líquido do sector não financeiro deverá tornar-se gradualmente positivo durante o período da projecção, em linha com os desenvolvimentos de 2012 e à medida que os empréstimos de investimentos passados sejam totalmente amortizados (ex., o investimento feito em 2002 na expansão da fundição de alumínio Mozal).

⁷ A prospecção começou em 2007, mas antes de 2010 limitou-se a estudos sísmicos iniciais etc.

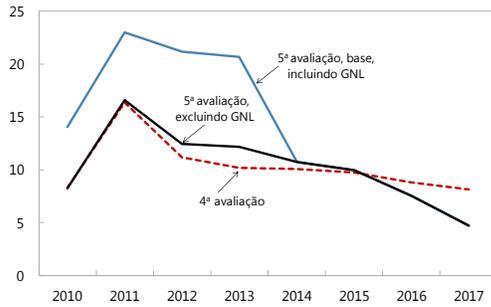
⁸ Segundo informações obtidas pela missão, dois conjuntos paralelos seriam o mínimo absolutamente necessário para tornar economicamente viável a construção das restantes infra-estruturas necessárias (inclusivamente as plataformas de perfuração e gasodutos submarinos). Por outro lado, as reservas de gás são suficientemente grandes para a montagem de bem mais de dez conjuntos paralelos, dependendo sobretudo da procura por GNL.

Financiamento da usina de GNL. É provável que o financiamento da produção de GNL seja realizado pelo sector privado com base em dívidas, através de uma entidade instrumental (SPV) para a contracção de empréstimos sindicados e a captação em mercados financeiros internacionais. Os desembolsos da SPV no período 2015-19 deverão ultrapassar os USD 4 biliões ao ano uma vez que os juros sobre desembolsos anteriores teriam de ser embutidos no financiamento até ao início da produção em 2020. Presumindo-se uma taxa de juros de 10 por cento, a dívida em aberto da SPV no final de 2019 seria de USD 30.8 biliões (105 por cento do PIB previsto para 2019), a reembolsar no período 2020-29 em dez prestações iguais. Estes pagamentos seriam sustentados pela produção de 20 milhões de toneladas de GNL ao ano, gerando um valor acrescentado interno de cerca de USD 9 biliões (27 por cento do PIB previsto para 2020 excluindo o GNL), mantendo-se os pressupostos actuais de preços.

Figura A1 do Anexo. Evolução dos dados históricos e projecções da BdP (Porcentagem do PIB)

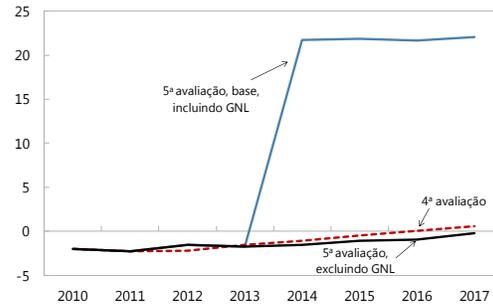
O IDE continua a ser impulsionado pelos investimentos no sector carbonífero e haverá uma expansão em 2013 com a exploração do gás natural.

Investimento Directo Estrangeiro Líquido



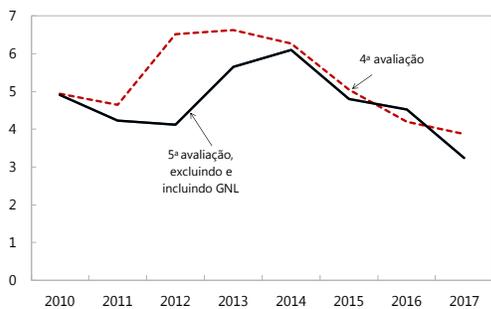
A partir de 2014, a conta financeira será impulsionada pelo financiamento da usina de GNL através de empréstimos do sector privado.

Endividamento do Sector Privado



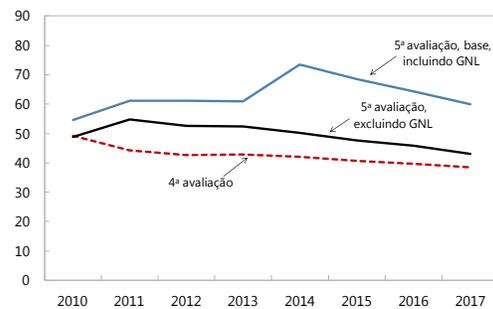
Além disso, a contracção de empréstimos pelo sector público para infra-estruturas levará ao aumento da entrada de capital.

Endividamento do Sector Público



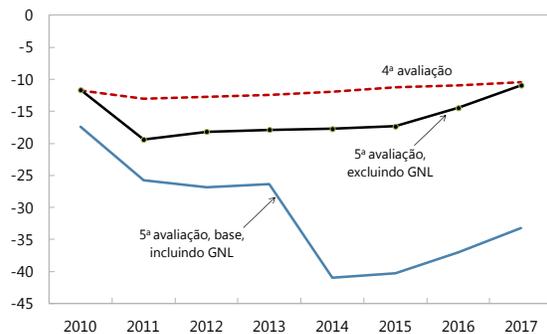
Estes investimentos aumentarão as importações de bens de investimento, que também passaram por revisões dos dados históricos.

Importações de Bens e Serviços



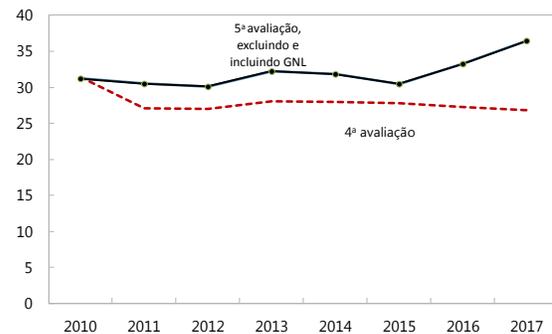
Como consequência, o saldo da conta corrente deteriorou-se e aumentará ainda mais com a construção da usina de GNL, ...

Saldo da Conta Corrente Externa



... compensada em parte pela revisão em alta das exportações e a contribuição da via férrea de Nacala a partir de 2016.

Exportações de Bens e Serviços



Fontes: Autoridades moçambicanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

Tabela A1 do Anexo. Moçambique: Balança de Pagamentos, excluindo o sector de GNL, 2010-17

(Milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2010	2011	2012		2013	2014	2015	2016	2017
	Efect.	Est.	CR 12/148	Proj.	Projeções				
Saldo da conta corrente	-1.113	-2.438	-1.803	-2.651	-2.816	-3.046	-3.329	-3.098	-2.609
Balança comercial de bens	-1.179	-2.249	-1.344	-1.867	-1.719	-1.644	-1.686	-859	550
<i>D/q:</i> mega projectos	768	468	817	632	1.093	1.275	1.324	2.367	3.908
Exportações, FOB	2.333	3.118	3.116	3.644	4.229	4.539	4.811	5.968	7.414
<i>D/q:</i> exportações dos mega projectos	1.668	2.015	2.325	2.328	2.794	2.946	3.025	3.945	5.110
Importações, FOB	-3.512	-5.368	-4.460	-5.511	-5.948	-6.183	-6.497	-6.827	-6.864
<i>D/q:</i> importações dos mega projectos	-900	-1.547	-1.508	-1.696	-1.701	-1.671	-1.701	-1.577	-1.202
Balança comercial de serviços	-506	-794	-895	-1.405	-1.470	-1.514	-1.598	-1.819	-2.144
Balança de rendimentos	-85	-190	-239	-108	-94	-284	-381	-721	-1.285
<i>D/q:</i> dividendos pagos pelos mega projectos	0	-157	-254	-10	-21	-187	-254	-555	-1.069
Balança de transferências correntes	657	795	675	729	467	397	337	302	270
<i>D/q:</i> donativos externos	605	785	661	634	573	538	503	468	435
Conta de capital e financeira	1.113	2.211	2.004	2.858	2.971	3.320	3.590	3.473	3.099
Conta de capital	346	379	422	401	434	432	433	436	443
Conta financeira	768	1.832	1.582	2.457	2.538	2.887	3.157	3.037	2.656
Investimento directo estrangeiro líquido	790	2.090	1.590	1.817	1.924	1.840	1.912	1.616	1.122
Endividamento externo líquido do governo geral	468	531	926	603	892	1.047	923	968	774
Endividamento externo líq. do sector priv. não financeiro	-348	-590	-671	-173	-384	-100	228	364	678
Outros ¹	-142	-199	-261	210	105	101	95	88	81
Erros e omissões líquidos	58	551	0	39	0	0	0	0	0
Saldo global	58	323	200	246	155	274	262	375	490
Financiamento externo	-58	-323	-200	-246	-155	-274	-262	-375	-490
Activos de reserva ¹	-87	-321	-198	-242	-152	-271	-227	-340	-455
Uso líquido do crédito	18	-2	-2	-4	-3	-3	-35	-36	-35
<i>D/q:</i> Uso líquido do crédito do FMI	20	-2	-2	-2	-3	-3	-35	-36	-35
Financiamento excepcional	10	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Por memória:</i>									
Índices da taxa de câmbio efectiva (variação percentual)									
Taxa de câmbio efectiva nominal	-22,4	12,4
Taxa de câmbio efectiva real	-15,1	19,7
Índice dos termos de troca (variação percentual)									
Preço internacional do alumínio	30,2	10,5	-6,4	-17,2	-0,5	4,9	4,6	4,1	3,5
Índice de preços internacionais dos alimentos	11,5	19,7	-7,5	-1,1	-2,0	-6,6	-4,9	-1,5	-0,9
Índice de preços internacionais dos combustíveis	26,0	31,5	9,2	1,5	-1,5	-3,5	-3,6	-3,2	-3,5
Índice de preços internacionais do carvão	...	23,2	-12,3	-22,8	-21,5	0,1	-2,0	0,0	0,0
Saldo da conta corrente (percentagem do PIB)									
Excluindo donativos externos	-11,7	-19,4	-12,7	-18,2	-17,9	-17,7	-17,3	-14,5	-10,9
Excluindo donativos externos	-18,5	-25,7	-17,4	-23,2	-21,5	-20,9	-20,0	-16,6	-12,7
Entrada bruta de fluxos de ajuda (milhões de USD)									
Entrada bruta de fluxos de ajuda (% do PIB)	15,1	12,4	11,3	9,3	9,4	8,9	7,6	6,6	5,5
<i>D/q:</i> para o governo central	13,5	11,4	10,8	8,8	9,1	8,6	7,4	6,4	5,4
Apoio ao orçamento	4,8	3,6	3,3	3,0	3,3	2,9	2,4	2,0	1,7
Apoio não relacionado ao orçamento	8,8	7,8	7,6	5,9	5,8	5,8	5,0	4,4	3,7
Apoio a projectos	8,0	7,4	6,4	5,5	5,6	5,6	4,9	4,3	3,6
Acordos de retrocessão	0,7	0,5	1,1	0,4	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
Activos externos líquidos									
Reservas internacionais líquidas ¹	1.908	2.239	2.438	2.530	2.685	2.959	3.220	3.595	4.085
Reservas internacionais brutas ¹	2.099	2.428	2.627	2.723	2.875	3.145	3.372	3.712	4.166
Meses de import. projectadas de B/S não factoriais	3,7	3,8	4,7	4,0	4,0	4,1	4,1	4,3	4,6
Meses de import. correntes de B/S não factoriais	5,4	4,2	5,2	4,3	4,2	4,4	4,4	4,5	4,9
Meses de imp. proj. de B/S (excl. imp. dos mega projectos)	4,8	5,0	...	5,1	5,1	5,2	5,2	5,3	5,4
Meses de imp. corr. de B/S (excl. imp. dos mega projectos)	6,7	5,5	...	5,6	5,4	5,6	5,6	5,7	5,9

Fontes: Dados do governo de Moçambique e projecções do corpo técnico do FMI

¹Inclui o investimento de carteira líquido e outros activos de investimento.



FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

DEPARTAMENTO
DE RELAÇÕES
EXTERNAS

Comunicado de Imprensa n.º 12/506
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
21 de Dezembro 2012

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431 EUA

FMI conclui a quinta avaliação do acordo com Moçambique ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica

O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a quinta avaliação do desempenho económico da República de Moçambique no âmbito do acordo trienal ao abrigo do Instrumento de Apoio à Política Económica (PSI).¹ A decisão do Conselho foi tomada por decurso de prazo.²

A despeito de uma conjuntura externa delicada, o desempenho económico de Moçambique em 2012 foi extraordinário, tendo como base um historial de políticas económicas sólidas que efectivamente conseguiram apoiar o crescimento e, ao mesmo tempo, baixar a inflação e reforçar as reservas internacionais. Estima-se que o crescimento real do PIB atinja 7,5 por cento em 2012, beneficiado pelo desempenho robusto do sector de serviços e de um contributo mais significativo do que o esperado do nascente sector de carvão, enquanto que a inflação permanece em baixa. Embora os riscos ao nível mundial sejam consideráveis, o aumento da extracção de carvão continuará a impelir o crescimento económico de Moçambique, e a estabilidade económica do país e o conjunto de políticas prudentes postas em práticas nos últimos anos devem ajudar a economia a fazer face à desaceleração mundial. O abrandamento gradativo da política monetária em 2012 apoiou a expansão do crédito ao sector privado, preservando também o ambiente de baixa

¹ O enquadramento do PSI foi concebido visando países de baixo rendimento que talvez não necessitem recorrer à assistência financeira do FMI, mas, ainda assim, tenham interesse em trabalhar em estreita cooperação com o Fundo para a elaboração e o endosso dos seus quadros de política. Os programas apoiados por esse instrumento têm como base as estratégias nacionais de redução da pobreza elaboradas num processo participativo que envolve a sociedade civil e os parceiros no desenvolvimento. O desempenho dos países membros no âmbito do PSI é avaliado a cada seis meses.

² O Conselho de Administração toma decisões por decurso de prazo quando considera que uma proposta pode ser avaliada sem a necessidade de convocar discussões formais.

inflação. A execução prudente do orçamento de 2012 contribuiu para um conjunto de políticas judiciosas que estimularam a estabilidade económica mesmo em face das incertezas no plano internacional. Todos os critérios de avaliação para o final de Junho de 2012 foram cumpridos, com a excepção da ultrapassagem temporária do limite ao crédito líquido ao governo. Os progressos nas reformas estruturais também foram, de modo geral, satisfatórios, apesar de alguns atrasos.

O programa económico das autoridades no âmbito do PSI continuará a enfatizar a preservação da estabilidade económica e a sustentabilidade da dívida, em simultâneo à promoção do desenvolvimento económico e social. A política monetária estará virada para a expansão do crédito ao sector privado, sem perder de vista o compromisso com a meta de inflação a médio prazo. O empenhamento em reforçar a supervisão e o quadro de gestão de crises protegerá o sector financeiro dos impactos transfronteiriços. Tendo como base um orçamento prudente para 2013, o objectivo das políticas públicas será utilizar o espaço fiscal disponível para suprir as necessidades infra-estruturais e apoiar o alargamento das redes de protecção social de modo a estimular o crescimento inclusivo, em consonância com a estratégia de redução da pobreza (PARP) das autoridades para o quadriénio 2011-2014. O uso prudente do endividamento externo em condições não concessionais irá ajudar a eliminar as brechas entre as vastas necessidades do país em matéria de infra-estruturas e a tendência de redução dos apoios por parte dos doadores, enquanto que os avanços no fortalecimento das instituições e capacidades contribuirão para a melhor gestão da riqueza dos recursos naturais de Moçambique. As reformas estruturais do programa têm como foco a melhoria da gestão financeira pública, inclusivamente a gestão da dívida, a política e administração fiscal e o enquadramento de política monetária.

O Conselho de Administração aprovou o segundo acordo trienal com Moçambique ao abrigo do PSI em 14 de Junho de 2010 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 10/242](#)).